

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 09/03/2022	



Quarta, 09 de Março de 2022 - 00:00

Com novos aumentos, Bahia tem a 3ª gasolina mais cara do Brasil

por Anderson Ramos



Os sucessivos aumentos no preço do combustível que acontecem de forma mais intensa desde o início de 2022, fez a Bahia despontar no pódio dos estados que vendem a gasolina mais cara do Brasil.

Segundo levantamento semanal da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em pesquisa feita entre os dias 27 de fevereiro e 5 de março, a média do preço por litro na Bahia foi de R\$ 6,999, abaixo apenas do Piauí, que vende o produto a R\$ 7,104 e também do Rio de Janeiro, que lidera o ranking, com média de R\$ 7,143.

O estudo da ANP mostra a escalada do preço no produto na Bahia. Na primeira semana de janeiro, o estado ocupava a sétima colocação entre as unidades da federação que vendiam o litro da gasolina mais cara do país com preço médio de R\$ 6,814. Na região Nordeste o posto era ocupado pelo Rio Grande do Norte, que vendia a R\$ 6,955, que inclusive apresentou redução no valor, já que na última semana o produto era vendido por R\$ 6,873.

Os preços dos combustíveis tiveram sucessivas altas após a privatização da Refinaria Ladulpho Alves, que foi adquirida pelo grupo árabe Mubadala Capital e rabatizou a refinaria para Mataripe. Só em janeiro foram três aumentos seguidos, nos dias 1º, 15 e 22. Em fevereiro, um novo aumento começou a ser praticado no dia 5.

O mais recente reajuste aconteceu no último sábado (5), quando, segundo o Sindicombustíveis, a gasolina A teve aumento de R\$ 0,6226 e o ICMS aumentou R\$ 0,2921. Já o diesel S10 teve alteração de R\$ 0,8720 e o aumento do ICMS do biodiesel S10 vai ter acréscimo de R\$ 0,2366. Enquanto o aumento do diesel S500 é de R\$ 0,9186 e do ICMS do biodiesel S500 é de R\$ 0,2454.

O aumento nos primeiros dias de março fez a gasolina ultrapassar os R\$ 8 em alguns postos de Salvador e no interior do estado. Em Ilhéus, na região sul da Bahia, por exemplo, um posto chegou a reajustar em mais de R\$ 1 o valor do produto. Na sexta-feira (4) o litro da gasolina era vendido por R\$ 7,04 e no dia seguinte já se encontrava por R\$ 8,14 ([veja aqui](#)).

A Acelen justificou que o reajuste foi feito por causa do agravamento da crise gerada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, o que fez o preço internacional do barril de petróleo disparar,

superando os US\$ 115 por barril, o que gerou impacto direto nos custos de produção ([veja mais aqui](#)).

ICMS

O Sindicombustíveis acionou na última sexta-feira (4) a Acelen no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por possível abuso de poder econômico. Além disso, o sindicato denunciou que a Acelen não está praticando o congelamento do ICMS, como determinado pelo Governo da Bahia desde novembro de 2021.

Na segunda (7) a **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-BA)**, acatou sugestão de metodologia proposta pela empresa, que atribui a dificuldades operacionais a demora em fixar os valores registrados conforme decreto estadual. "A Sefaz-BA espera que o congelamento seja cumprido imediatamente pela Acelen", disse a pasta por meio de nota.

De acordo com a Sefaz, a empresa propôs adotar uma média entre os preços de referência por combustível praticados a partir de novembro. O congelamento, que inicialmente deveria valer por três meses, foi prorrogado por novo decreto estadual, estendendo-se até final de março.

Acelen apresentou a sugestão de pagar uma alíquota baseada em uma média de valores cobrados pela empresa em novembro do ano passado. A Sefaz aceitou a proposta da empresa de fazer o congelamento do ICMS, após uma reunião.

"A Secretaria da Fazenda reitera o posicionamento da Bahia, em linha com o que vem sendo apontado pelo Comsefaz - Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal, de que as frequentes altas registradas nas bombas decorrem da política de preços da Petrobras, que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, mas insiste em dolarizar os valores praticados para o mercado interno, o que tem resultado em frequentes reajustes dos combustíveis e em forte pressão inflacionária, situação que tende a ser agravada com a guerra na Ucrânia", afirmou a secretaria.

"As alíquotas do ICMS para combustíveis permanecem as mesmas há vários anos, e o congelamento dos preços de referência para cálculo do imposto foi adotado pelos estados na expectativa de que o Governo Federal e a Petrobras promovessem a revisão da política de preços da empresa", concluiu a Sefaz.

GÁS

Além dos combustíveis, o preço de outro item básico também assustou os baianos. Na semana passada a Acelen anunciou o segundo reajuste do gás de cozinha na Bahia em 2022. Segundo o Sindicato dos Revendedores de Gás, o aumento foi de 3,24%, o que equivale a R\$ 1,51 na refinaria, e impactou entre R\$ 2 e R\$ 3 no produto final ([reveja aqui](#)).

O diretor do sindicato, Robério Souza, mostra preocupação com um novo reajuste, que segundo ele, deve acontecer em breve por causa do conflito entre Rússia e Ucrânia. "Pode ser em qualquer momento. Aquele reajuste da semana passada foi uma paridade no mercado internacional e ainda não tinha a ver com a guerra. Não depende só dela [Acelen], mas pela movimentação da Petrobras, eles estão tentando segurar um novo aumento", prevê Robério.

Veículo: TV Bahia	Programa: Bahia Meio-Dia
Data: 08/03/2022	

Informações sobre o preço dos combustíveis na Bahia. Entrevista com **José Luiz Souza, superintendente de Administração Tributária da Sefaz.**

Sinopse: A SEFAZ aceitou uma proposta de congelamento do ICMS.

Emissora: TV BAHIA

Programa: BAHIA MEIO DIA

Apresentador (a): JÉSSICA SENRA

Impacto: NEUTRO

Data: 08/03/2022

Hora: 12:13:59

Duração: 00:03:44

Veículo: Rádio Band News FM	Programa: --
Data: 08/03/2022	

SEFAZ aceita proposta de congelamento de ICMS.

Sinopse: Informações e o combustível.

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS 9/10

Apresentador(a): OUTROS

Data: 08/03/2022

Hora: 09:34:42

Duração: 00:04:57

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/03/2022	Coluna: Economia



PROCON ENCONTRA IRREGULARIDADES NOS PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS EM POSTOS DE FEIRA DE SANTANA



8 Março, 2022

A Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Feira de Santana (Procon/Fsa), cidade a 100 quilômetros de Salvador, realiza uma operação de fiscalização em postos de combustíveis desde as 7h de domingo (6). Segundo o órgão, até a noite desta terça-feira (8), foram encontradas irregularidades nos preços em sete postos.

Ainda segundo o Procon/Fsa, no domingo, 90% dos postos fiscalizados cobravam quase R\$ 8 no litro da gasolina. Com a fiscalização, a maioria dos locais passou a vender por R\$ 7,33. Para identificar a irregularidade no preço, o órgão olha a nota fiscal da última compra e verifica o valor que o combustível foi comprado.

Na atual fiscalização foi observado que os postos notificados estavam com compra antiga do combustível, mas vendiam com o preço reajustado. A ação é considerada como cobrança abusiva.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

SEU BOLSO Combustível bate recorde de preço após sofrer o quinto reajuste somente no primeiro trimestre de 2022, pesando no bolso dos consumidores

Preço do litro da gasolina ultrapassa R\$ 8 na Bahia



MATHEUS CALMON

Pagar R\$ 8 pelo litro da gasolina parecia uma realidade distante dos baianos. O combustível, no entanto, bateu recorde de preço nesta semana, após sofrer o quinto reajuste somente no primeiro trimestre de 2022.

Em dezembro, a refinaria de Mataripe, na Bahia – antiga Landulpho Alves – foi privatizada e passou a ser controlada pela Acelen. Em 2022, cinco reajustes já foram anunciados, sendo o último no sábado (5).

Entre janeiro e agosto do ano passado, a Petrobras reajustou a gasolina em suas refinarias em 51%. No diesel, o aumento foi de 40% no período, mesmo percentual de alta no gás de cozinha.

Quando viu a gasolina sendo vendida a R\$ 7,99 por litro, o administrador de empresas Luiz Felipe emitiu um comunicado aos amigos: “Esqueçam o ‘me leve ali’, ‘me traga aqui’. Não faço mais favor”, disse ele em tom de brincadeira. Em conversa com o Portal A TARDE, ele demonstrou insatisfação. “Está impossível, é surreal. Constantemente, vejo o preço subir e sempre reclamo. Hoje, penso 30 vezes antes de usar o carro, é somente para ocasiões específicas, e olhe lá. Quando posso, uso transporte público”.

Especialistas consideram três os mais importantes pilares na definição do preço cobrado: a produção, ou seja, o refino do petróleo; os impostos estaduais e federais; e, por fim, o processo de transporte entre a refinaria que produz e o posto que comercializa ao cliente final, o que inclui o transporte e a margem da revenda do estabelecimento.

O presidente do Sindicato Combustíveis-Bahia, Walter Tan-



Rafaela Araújo / Ag. A TARDE

Este ano, cinco reajustes já foram anunciados, sendo o último no sábado, dia 5

nus Freitas, explica que, no Brasil, os combustíveis são precificados pelas refinarias: “Elas levam em consideração o mercado internacional de derivados de petróleo e duas variáveis são fundamentais para determinarem o preço dos combustíveis no mercado interno: o valor do barril do petróleo e a variação do dólar americano no mercado brasileiro”.

Influência do dólar

Anos após praticar apenas preços controlados, a Petrobras mudou a política em 2016 e passou a trabalhar com o PPI, sigla para “preço de paridade de importação”. Desde então, a estatal alinha os preços praticados ao comportamento do mercado internacional. Na prática, com a alta do dólar e desvalorização do real, os combustíveis no Brasil passaram a ficar mais caros.

Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, subseção FUP (Dieese/FUP), Cloviomar Cararini considera o PPI o grande vilão da alta dos preços dos combustíveis. “Toda vez que o dólar sobe a Petrobras aumenta os preços nas refinarias. Em cadeia, os impostos, que são referência nesse preço”, analisa.

Ele pontua ainda que o agronegócio optou por também aumentar a margem de ganho na venda do etanol, que é misturado à gasolina. “A gente percebe que tanto a

Petrobras quanto o etanol vem subindo e isso tem influenciado o preço final”.

Em consequência à alta do preço do etanol e da gasolina, são puxados para cima também os valores de uma série de outros itens, sejam alimentícios, vestuários ou eletrônicos. Como majoritariamente são transportados por via rodoviária, também são afetados. Sobem também os preços de produtos agrícolas, já que toda a produção depende de máquinas que utilizam o óleo diesel. Há também o reajuste no gás de cozinha.

Privatização

Tomando como base a realidade da Bahia, onde a refinaria foi privatizada e atualmente a gasolina e o diesel são vendidos a preços superiores aos estipulados pela Petrobras, Cloviomar Cararini, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, subseção FUP (Dieese/FUP) alerta que, ao invés de solução, a privatização da estatal representa outro problema.

“A Mataripe vem reajustando os preços em quantidade e valor maiores que a média nacional. Uma refinaria privatizada tende a seguir os preços internacionais com frequência maior”.

Até 2014, a própria Petrobras cuidava da produção, transporte e refino, ou seja, uma única empresa era a responsável por grande parte do

processo, o que permitia a prática de preços menores. Com a transferência destas atividades, uma empresa privada produz, outra transporta à refinaria e outra refina.

O empresário Jomar Paraki, dono de alguns postos de combustíveis na Bahia diz que o produto aumentou para todo mundo e que “os empresários estão na garganta”. Ele critica a política adotada pela Petrobras de seguir o mercado internacional. Com as constantes reclamações de clientes, o ‘jogo de cintura’ passou a ser cada vez mais necessário. Segundo ele, com a alta dos preços, a frequência dos abastecimentos sofreu baixa gradativa.

“Com essa lei de livre comércio todo mundo se espalha quando não tem concorrente e a Landulpho Alves não tem. Nós, que somos bandeirados, não podemos sair daqui para comprar o produto mais barato. É loucura”.

Questionada, a empresa Acelen repetiu o comunicado emitido no último sábado, que afirma que a elevação nos preços leva em consideração variáveis como custo do petróleo e a guerra na Ucrânia. “A Acelen reafirma sua aposta em uma política transparente, amparada por critérios técnicos, em consonância com as práticas internacionais de mercado”.

LEIA MAIS NO PORTAL A TARDE (WWW.ATARDE.COM.BR)



ACB apoia a derrubada do veto ao Refis da MPE



Acervo pessoal

Mário Dantas, presidente da ACB: empenho em ações que reforcem a luta pela derrubada

Na próxima quarta-feira (16), o Congresso Nacional deverá analisar o veto da presidente da República ao Refis do Simples Nacional, que atinge diretamente os Microempreendedores Individuais (MEIs) e as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) do país. Assim como muitas outras entidades associativistas do Brasil, a Associação Comercial da Bahia (ACB) acredita que a derrubada do veto é uma medida que ajudará estes negócios a manterem suas portas abertas e continuarem contribuindo para a retomada econômica mesmo depois de tanto sofrerem com as consequências da pandemia do coronavírus.

O programa de refinanciamento de dívidas dos empreendedores optantes do Simples Nacional foi aprovado em dezembro de 2021, porém, em janeiro deste ano, acabou sendo vetado pelo Palácio do Planalto. Com a medida restritiva, há risco de fechamento para cerca de 437 mil micro e pequenas empresas, que seriam impedidas de continuarem existindo e gerando empregos no Brasil.

O relator do projeto na Câmara é o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), que também assina como vice-presidente Administrativo da CACB e da Facesp. “Excluir uma empresa do Simples é condená-la ao fechamento. O Refis vai dar fôlego para que as MPEs possam pagar o que devem, continuar gerando emprego e pagar os impostos atuais”, disse. “Mais de um milhão de trabalhadores estão correndo risco de perderem o emprego”, alertou o parlamentar, que também é coordenador-geral da Frente Parlamentar do Empreendedorismo e tem trabalho para a derrubada do veto ao Refis do Simples Nacional.

Como indica o presidente da ACB, Mário Dantas, o Núcleo da Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Núcleo Jurídico da entidade estão empenhados em ações que reforcem a luta pela derrubada do veto ao Refis do Simples Nacional. Além disso, ele alerta também para a necessidade de governos estaduais e municipais lançarem programas que possam permitir que as empresas continuem vivas.

“Não é positivo para nenhuma das partes que existam empresas fechando as portas ou indo para a informalidade. Muito pelo contrário, queremos ver mais empresas com suas certidões negativas, com fôlego para sobreviver, voltando a contratar, movimentando a economia da nossa cidade, do nosso estado e do nosso país”, ressalta Dantas.

Coordenador do Núcleo das MPEs e vice-presidente da ACB, Carlos Gantois também destaca a importância de um programa consistente para recuperação financeira de todos os setores da economia, abrangendo as micro e pequenas empresas. “A administração pública precisa se manifestar favoravelmente aos micros e pequenos empreendedores. Principalmente por se tratar de um setor que representa 30% do PIB brasileiro e que mostra, dia após dia, a sua importância para a economia do país”, acrescentou.

Enquanto legítima representante do setor produtivo baiano, a ACB não vai medir esforços para evitar o fechamento de milhares de pequenas empresas. O momento é de mobilização de toda a sociedade civil, entidades e empreendedores para somar a força necessária para que este veto seja derrubado.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Subsídio para combustíveis

Autoridades do governo federal apresentaram ontem proposta de subsidiar os combustíveis por três meses, o que pode custar aproximadamente R\$ 27 bilhões aos cofres públicos Da reunião

sobre o assunto participaram os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia) e Bento Albuquerque (Minas e Energia), além dos presidentes do Banco Central e da Petrobras.

Efeito cascata preocupa setores

DANIEL BRITO

Os aumentos sucessivos nos preços dos combustíveis têm causado uma enorme dor de cabeça aos consumidores baianos. No entanto, a situação ficou ainda mais complicada quando o estado passou a sentir no bolso os efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O preço internacional do barril de petróleo chegou a US\$ 139 (equivalente a R\$ 704 na cotação atual), maior valor desde 2008.

Isso fez com que a gasolina, por exemplo, chegasse a custar R\$ 7,99 o litro na maioria dos estabelecimentos. Em alguns, o valor ultrapassava os R\$ 8. No caso da Bahia, o alto preço é reflexo principalmente de reajustes praticados pela Acelen, empresa privada que, desde o final de 2021, opera a refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (RLAM).

Setores da economia, sindicatos e órgãos públicos têm se posicionado a respeito da situação, seja avaliando os impactos ou buscando al-



Rafaela Araújo / Ag. A TARDE

Forte alta dos combustíveis traz impactos a serviços

ternativas para tentar contorná-la. O Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis do Estado da Bahia (Sindicom-BA) manifestou “insatisfação” quanto aos aumentos, principalmente, pelo fato de o mesmo produto ser vendido a preços menores em outros estados do país.

“Por ser produto indispensável e fornecedor privado, monopolista de fato, cabe ao Governo uma atenção espe-

cial a esses aumentos, contra a economia popular, independente das alegações de paridade internacional influenciada por guerra, preço de petróleo, frete e cotação de dólar”, diz a nota assinada pelo presidente do Sindicom, Luiz Gonzaga do Amaral Andrade. Por sua vez, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) afirmou que não tem participação na formação dos preços dos combustíveis, não

comenta variações e não faz previsões.

A forte alta deve trazer impactos a serviços privados e públicos, como o transporte público e o comércio. Secretário de Mobilidade em Salvador, Fabrizzio Muller vê o cenário com preocupação e diz que os combustíveis – neste caso, o óleo diesel – representam o segundo maior custo operacional do sistema de ônibus urbano.

No comércio, os aumentos também causam temores. Para o presidente do Sindicato dos Lojistas do Estado da Bahia (Sindilojas-BA), Paulo Mota, o reajuste provoca um efeito cascata, começando no frete das mercadorias.

Diante de preços elevados, é comum que consumidores se sintam lesados e uma das primeiras atitudes seja acionar instituições de defesa do consumidor. Denúncias sobre demais irregularidades poderão ser apresentadas pelos telefones (71) 3235-0000 para quem mora em Salvador, e 181 para os consumidores do interior.

Gasolina em Mataripe custa 27,4% a mais

COMBUSTÍVEIS A gasolina na Refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, vendida pela Petrobras ao fundo de investimento árabe Mubadala, já está custando 27,4% a mais do que a vendida pela estatal, segundo estimativas do Observatório Social da Petrobras (OSP), organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A diferença em relação ao valor do diesel S-10 é ainda maior, 28,2%, informou o OSP. Os combustíveis comercializados pela refinaria baiana, privatizada em dezembro de 2021, tiveram novo reajuste no último sábado, o quinto aumento só neste ano. Mataripe tem hoje os combustíveis com os preços mais elevados do Brasil, em comparação com as refinarias da estatal.



Refinaria de Mataripe foi privatizada pela Petrobras, e Acelen assumiu controle no início de dezembro de 2021

"Chegamos a um momento em que a população deve decidir se seguirmos com a agenda privatista ou se mantermos os ativos estatais da Petrobras. Se o processo de privatização do parque de refino da companhia continuar, isso que está acontecendo na Bahia se ampliará para o restante do Brasil", afirmou ao Estadão Eric Gil Dantas, economista do OSP e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps). Ele ressaltou que a guerra na Ucrânia acentuou o problema, mas que o encarecimento da gasolina e do diesel na Bahia já é estrutural com a privatização.

No Golfo do México, que serve como referência para o Preço de Paridade de Importação (PPI), política de preços da Petrobras, o aumento do valor da gasolina foi de 15% na semana passada, informa Dantas. "Entretanto, os custos para produzir gasolina e diesel no Brasil não mudaram. O único custo que aumentou foi o pagamento de participações governamentais. A Petrobras pode sim segurar os preços localmente sem que haja prejuízos contábeis. O último resultado, com lucro líquido de R\$ 106 bilhões e distribuição de dividendos de R\$ 100 bilhões, mostra o quanto de gordura a

empresa tem para queimar", concluiu o economista. Procurada pelo CORREIO, a Acelen, atual operadora da Refinaria de Mataripe, informou que os preços praticados são resultado da aplicação dos contratos firmados com seus clientes. A nota afirma que esses contratos trazem uma fórmula de preços objetiva e transparente, longamente discutida com os próprios clientes, aprovada pela agência reguladora, e reconhecida por todos como uma importante evolução em comparação com a prática que havia até então de preços fixados subjetivamente pelo fornecedor dominante.

"Como é sabido, nos últimos dez dias, com o agravamento da crise gerada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, o preço internacional do barril de petróleo disparou, superando os US\$ 123 por barril, o que gerou impacto direto nos nossos custos de produção", diz pronunciamiento. Ao mesmo tempo, a Acelen também apontou que existe uma defasagem importante de preços dos combustíveis em todo o país, e que isso significa que existirão diferenças de preço regionais. **LEIA MAIS SOBRE O IMPACTO DA GUERRA NOS COMBUSTÍVEIS NA PÁG. 23**

POUPANÇA TEM RETIRADA DE R\$ 5,35 BI EM FEVEREIRO

LÍQUIDA A aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros registrou retirada pelo segundo mês seguido. Em fevereiro, os brasileiros sacaram R\$ 5,35 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou na segunda-feira (7) o Banco Central (BC).

Essa foi a segunda maior retirada líquida (saques menos depósitos) registrada para meses de fevereiro. O recorde anterior para o mês tinha sido registrado no ano passado, quando os saques tinham superado os depósitos em R\$ 5,86 bilhões.

Com o desempenho de fevereiro, a poupança acumula retirada líquida de R\$ 25,02 bilhões nos dois primeiros meses do ano. Essa é a maior retirada acumulada para o período desde o início da série histórica, em 1995. O resultado foi impulsionado pelo elevado volume de saques em fevereiro, quando a aplicação registrou retirada líquida de R\$ 19,66 bilhões.

XP ELEVA PROJEÇÃO PARA INFLAÇÃO DO BRASIL NESTE ANO

IPCA A XP aumentou sua estimativa para a alta do IPCA ao fim deste ano em 1 ponto percentual, a 6,2%, com o choque de custos provocado pela guerra na Ucrânia devendo intensificar a persistência da inflação elevada.

A projeção para a alta do IPCA em 2023 também subiu, a 3,80%, de 3,25% anteriormente - portanto, a casa agora vê inflação acima da meta também para o próximo ano. Os objetivos perseguidos pelo Banco Central são 3,50% para este ano e 3,25% para o próximo.

"O choque adicional de custos representado pela guerra na Ucrânia tem um efeito sobre a economia global ainda maior do que numa situação 'normal'", disse a XP em relatório.

Sem convicção, governo federal e Petrobras calculam valor para subsídio

CRISE A concessão de um subsídio temporário, com duração de três a seis meses, para tentar conter a alta dos combustíveis no Brasil ganhou força como a solução a ser adotada pelo governo em meio à crise provocada pela disparada do petróleo. Reunião realizada ontem no Palácio do Planalto terminou,

porém, sem um martelo batido. Segundo fontes do governo, serão necessários mais cálculos para a definição de como esse subsídio será concedido. A reunião contou com a presença dos ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Economia,

Paulo Guedes, além do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. E ocorreu sob o impacto de alertas que chegaram ao Planalto dando conta de uma insegurança generalizada de investidores em relação a outra proposta na mesa, a de

um congelamento de preços. Por isso, a proposta de adoção de um subsídio direto acabou sendo considerada mais "palatável". Mesmo assim, fontes palacianas, que participaram da reunião, apontaram que as duas alternativas são ruins. A ideia ainda é de buscar um meio-termo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONFEÇÃO VOTAÇÃO E APROVAÇÃO
O Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores em Serviço de Saúde de Jequié e outros. (SINDISAÚDE) Convoça todos os trabalhadores dos hospitais, clínicas e casas de saúde, estabelecimentos de serviços de saúde, incluindo os trabalhadores em hospitais filantrópicos, beneficentes e religiosos, filiados ou não para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que será realizada na sede do SINDISAÚDE no dia 17 de março de 2022 às 19:00h em primeira convocação e em segunda convocação às 19h30min, sito a rua Virgílio Tourinho, 10, edif. Orpeba, sala 101, Jequié-Ba.
Onde iremos discutir a seguinte ordem do dia:
(1) Confeção, votação e aprovação da pauta contendo reivindicação da categoria para o biênio de 2022/2023.
(2) Autorizar a diretoria do Sindicato a assinar o acordo e ou convenção coletiva e caso não haja acordo ou convenção, instaurar o dissídio coletivo.
(3) Discutir e aprovar DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL.
(4) E o que ocorrer.
Jequié 09 de março de 2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Diretoria do SINDITÊXTIL-BA - Sindicato dos Trab. Ind. Fiação. E Tec. em Geral do Estado da Bahia CNPJ.13.100.706/0001-77, convoca os trabalhadores nas empresas de Descaroçamento do Algodão, Beneficiamento, Fiação e Tecelagem de Sisal de Salvador, Região Metropolitana e do Interior do Estado, sob sua representação, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária de Aprovação da Pauta de Reivindicações para o anuário 2022/2023, que ocorrerá, no próximo dia 25/03/2022 às 9hrs em primeira convocação e às 9:30hrs em segunda e última convocação com qualquer número de presentes na Sub Sede da Entidade situada na Rua Rocinha dos Fiais nº 9, São Caetano Salvador/Ba e no dia 27/03/2022 às 14:00hrs em primeira convocação e às 14:30hrs em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, na Sub Sede da entidade situada no Bairro e Rua Sonho Meu, Centro, Conceição do Coité/Ba, para debater e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01) Aprovar a Pauta de Reivindicações; 2) Dar poderes à diretoria do Sindicato para negociar Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho e/ou Instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho, se for o caso; 3) Adotar outras providências. Salvador, Ba, 07 de Março de 2022.
Diretoria do Sinditêxtil

SECRETARIA DA SAÚDE | Estado da Bahia
AVISO DE REMARCAÇÃO - PE Nº 029/2022 / ID NOVO: 926136 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). O(A) Pregoeiro(a) Oficial da Secretaria da Saúde comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**, e com sessão de abertura então designada para o dia 24/02/2022 às 15h00min (Horário e Brasília-DF), **FICA REMARCADA para o dia 21/03/2022 às 15h00min.** (Horário de Brasília-DF). Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do (s) endereço (s) eletrônico (s) www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone: (71) 3115-8334 ou 3115-4307, e-mail: lorena.ribeiro@saude.ba.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª avenida, nº 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitação, Centro Administrativo da Bahia - CAB. Salvador - BA, 08/03/2022. Lorena Nunes Ribeiro - Pregoeiro (a) Oficial.
SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | Estado da Bahia
AVISO DE REMARCAÇÃO - PE Nº 035/2022 / ID NOVO: 926295 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). O(A) Pregoeiro(a) Oficial da Secretaria da Saúde comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**, e com sessão de abertura então designada para o dia 24/02/2022 às 10h00min (Horário e Brasília-DF), **FICA REMARCADA para o dia 22/03/2022 às 10h00min** (Horário de Brasília-DF). Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do (s) endereço (s) eletrônico (s) www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone: (71) 3115-8334 ou 3115-4307, e-mail: fernanda.fiscina@saude.ba.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min no endereço: 4ª avenida, nº 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitação, Centro Administrativo da Bahia - CAB. Salvador - BA, 08/03/2022. Fernanda Barbosa Fiscina - Pregoeiro (a) Oficial.
SESAB

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0527	R\$ 5,0532
Dólar Turismo	R\$ 5,0900	R\$ 5,2230
Euro turismo	R\$ 5,5700	R\$ 5,7070

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	111.203,45	-0,35%

POUPANÇA

09/03/2022	0,5000%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1212,00

INFLAÇÃO

	Janeiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,54%	0,54%	10,38%
INPC/IBGE	0,67%	0,67%	10,60%
IGP-M/FGV	1,82%	1,82%	16,91%

Mais*

A BATATA DOCE TEVE UM AUMENTO DE 43% ENTRE FEVEREIRO E MARÇO NA BAHIA, SEGUNDO A CEASA

Fatores climáticos e guerra devem manter o custo dos alimentos em alta

Maysa Polcri*

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A ida ao mercado está pesando cada vez mais no bolso dos baianos. A alta de preço de alguns alimentos, de um mês para o outro, passa de 40%. É o caso, por exemplo, da batata doce que sofreu um reajuste de 43% entre fevereiro e março, com a saca de 35kg chegando a custar R\$ 140, segundo o boletim de preços do Centro de Abastecimento da Bahia, (Ceasa). Já a caixa com 30 dúzias de ovos brancos está sendo vendida por R\$ 165 – um aumento de 16% em relação ao mês passado.

A banana prata, por sua vez, custa R\$ 150 na Ceasa, um aumento de R\$ 50 em comparação com fevereiro. Existem ainda aqueles alimentos que apesar de não terem tido grande variação nos últimos dois meses continuam sendo vendidos mais caros do que o normal. A cenoura é um desses itens. A saca de 20kg dobrou de preço, saltando de R\$ 60 em novembro, para R\$ 120 em março. O tomate, que chegava a custar R\$ 9,89 o quilo em mercados da capital, em dezembro, segue valendo mais: a caixa com 22kg é vendida por R\$ 120. Segundo o comparativo de preços da Ceasa de fevereiro, o coentro, a couve flor e a pimenta subirão 40%.

No mês passado, o preço da cesta básica, em Salvador, aumentou 2,74% em relação à janeiro, passando a custar R\$ 471,68, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Com o reajuste, o trabalhador compromete hoje 38% do salário mínimo para comprar os 12 produtos da cesta.

E pode preparar o bolso: por conta da carestia, a comida no prato deve ficar ainda mais indigesta nos próximos meses. O economista e integrante técnico da SEI, Denilson Lima, explica que os produtos de origem agrícola devem ficar mais caros devido a guerra envolvendo duas grandes produtoras deste gê-

Preço do ovo e da batata doce dispara na Bahia



ANA ALBUQUERQUE

Os alimentos que fazem parte da cesta básica têm pesado cada vez mais no orçamento dos baianos

●● Com a guerra, a tendência é que os preços dos alimentos no país continuem subindo
Denilson Lima

Economista da SEI

●● O motivo do aumento é sempre escassez de mercadoria, perda ou quebra de safra
Eugênio Martins

Coordenador geral da Ceasa

●● Antes fazíamos um mercadão para o mês. Agora a gente compra pouco e vai repondo Maria Vitória Silva

Estudante

nero, Rússia e Ucrânia.

“Considerando que o conflito parece que não vai se encerrar num curto prazo, que o país [Rússia] é um dos maiores produtores de trigo e petróleo do mundo e o maior exportador de fertilizantes para o Brasil, a tendência é que os preços dos alimentos no país continuem subindo”, afirma.

GUERRA

Alimentos de origem animal, como leite e seus derivados, além da própria carne, são apontados como os mais prováveis de subirem de preços, segundo o economista. Isso é explicado por conta do aumento do custo de produção, impactado pela crescente alta dos preços dos grãos que alimentam os animais no pasto. “Os animais no Brasil

são alimentados com milho ou farelo de soja e ambos estão com preços subindo no mercado internacional”, diz Denilson Lima.

Outro fator que atrapalha a produção e aumenta o valor dos alimentos é a instabilidade climática. Eugênio Martins, coordenador geral da Ceasa, explica que a quebra de safra por conta das chuvas gerou a escassez de certos alimentos e, consequentemente, alta nos preços.

“O motivo do aumento é sempre escassez de mercadoria, perda ou quebra de safra. Itens como cenoura, tomate, cebola, pimentão subiram violentamente e ainda não foram reestabelecidos em termo de reposição. É a lei da oferta e da procura, se está faltando, sobe o preço”, afirma.

Atenta a lei que rege o co-

mércio, Selma Magnavita, presidente do Movimento de Donas de Casa e Consumidoras da Bahia, afirma que a substituição de alimentos deve ser feita. “O que a gente recomenda é se achou aquele produto que faz parte do seu cardápio muito caro, você não deve comprar”, diz.

Do conjunto dos 12 produtos que integram uma cesta básica, 9 registraram elevação nos preços: banana prata (7,73%), café moído (7,63%), pão (6,14%), açúcar cristal (4,47%), manteiga (3,83%), óleo (3,62%), carne bovina (3,47%), arroz (2,61%) e feijão (1,23%). Por outro lado, três apresentaram redução: leite (-3,27%), farinha de mandioca (-1,70%) e tomate (-0,35%).

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Confira os itens que ficaram mais baratos

Apesar de o cenário não ser animador, alguns itens do mercado apresentaram queda de preço na capital em fevereiro, segundo o comparativo de preços da Ceasa. O preço da abóbora, por exemplo, chegou a ter uma redução de 33%, custando R\$ 1,80 o quilo. Também ficaram mais baratos batatinha comum (-25%), agrião (-20%), repolho (-16,7%), abobrinha (-16,7%), salsa (-12,5%), jiló (-12,5%), beterraba (-11,1%) e quiabo (-10%).

A estudante Inara Almeida, 20 anos, passou os dois anos de pandemia morando em Feira de Santana com a família. Com o retorno das aulas presenciais da Universidade Federal da Bahia, a jovem voltou a dividir apartamento com outras colegas e está comprovando o que já imaginava: que quase tudo está mais caro.

“Eu nunca fui aquela pessoa que briga por centavos, que deixa de levar algum item porque tem outro que é R\$ 0,30 mais barato [...] Hoje em dia não mais, eu preciso realmente parar e ter tempo para fazer supermercado, para pesquisar e abrir mão de um produto que eu sei que é bom para testar outro mais barato”, conta. Ela diz que a carne é o produto mais caro da sua lista de mercado.

COMPARAÇÃO

● BANANA PRATA

Bompreço: R\$ 6,09/kg

G.Barbosa(Brotas): R\$ 6,59

● CENOURA

G.Barbosa (Costa Azul): R\$ 8,95/kg

Mercantil Rodrigues (Água de Meninos): R\$ 10,89/kg

● TOMATE

Bompreço: R\$ 9,19/kg

Hiperideal: R\$ 9,75/kg

● ARROZ BRANCO

Novo Mix (Pirajá): R\$ 3,49/kg

Super Maxi (Sussuarana): R\$ 4,28/kg

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

“Sábado, recebemos o apoio do Cidadania e, agora, do Solidariedade. Estamos fortalecendo nossa base com partidos que têm compromisso com as aspirações dos baianos

ACM Neto

Pré-candidato da União Brasil a governador, ao anunciar ontem, em Brasília, o ingresso formal de mais uma sigla na coligação liderada por ele

Corte e costura

Parlamentares e lideranças que integram a cúpula do PP na Bahia começaram a desembarcar ontem em Brasília para uma série de reuniões voltadas a discutir o destino do partido na sucessão estadual, a reboque das seguidas reviravoltas na chapa majoritária da base aliada ao Palácio de Ondina. A agenda de encontros está mantida sob sigilo máximo pelos pepistas, mas a Satélite apurou que um deles será com o ministro da Casa Civil, o piauiense Ciro Nogueira. Apesar de licenciado da presidência nacional da sigla, Nogueira tem poder absoluto sobre decisões envolvendo acordos do PP para as eleições nos estados.

ESTOURO DE BOIADA

A movimentação ocorre um dia após o mal-estar gerado pela entrevista do senador Jaques Wagner (PT) à Rádio Metrô, na qual ele anunciou que o governador Rui Costa desistiu de renunciar para disputar o Senado e, conseqüentemente, de entregar o cargo ao vice, João Leão (PP). O que elevou a pressão interna para que o partido deixe o bloco do PT e apoie a candidatura do ex-prefeito ACM Neto (União Brasil) ao governo.

Pano de fundo

Entre cardeais da base, é quase unânime a avaliação de que a nova mudança na chapa governista praticamente jogou João Leão e grande parte do PP no colo da oposição, embora estejam em curso costuras para reverter a tendência. Entre elas, uma conversa do ex-presidente Lula com as principais peças no tabuleiro do PT, prevista para amanhã ou depois. No momento, a ordem na bancada baiana do PP na Câmara é silêncio. “Por ora, nada a declarar. Acredito que (o cenário estará claro) antes do prazo dado pelo governador, dia 13 (data que Rui fixou como limite para definir a chapa)”, disse o deputado federal Cláudio Cajado, um dos mais influentes nomes do partido na Bahia.

Ilusionismo político

Mesmo com os desgastes causados pelos recentes desacertos na composição do palanque da base, é crescente a percepção nos dois lados do front que a bagunça no adrez governista pode não passar de jogo de cena para camuflar a real estratégia do PT. A hipótese ganha força até no núcleo de confiança de Wagner e Rui, para quem os últimos episódios, pelo nível de erros cometidos só por políticos inexperientes, não fazem qualquer sentido, além de cortina de fumaça para esconder cartas.

Chega mais!

PV e Avante escancararam as portas a parlamentares de outras siglas e candidatos de olho em aumentar a chance de entrar no Congresso ou na Assembleia. PV negocia com o deputado federal Bacerlar (Podemos) e com o ex-secretário de Saúde do Estado Fábio Vilas-Boas, que está no páreo da Câmara. Avante, com o deputado federal Paulo Magalhães (PSD). Já o ex-deputado Marcos Medrado (PP), que vai concorrer a estadual, recebeu oferta de ambos.

Pé de guerra

O governo do estado deve publicar hoje o edital de concessão da Ceasa à iniciativa privada, processo que provocou tensão em centenas de permissivos e trabalhadores informais abrigados na maior central de abastecimento da RMS. A previsão é de gritaria, confusão e protesto.

NOOG

DISTRIBUIDORA

(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723

(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881

UNIVERSO DAS TELHAS

DIVIDIMOS EM ATÉ

12X

EM ATÉ

4X

SEM JUROS

EM TODO O ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 392/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022. Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores, entre outros, para manutenção dos veículos e máquinas deste município. Tipo menor preço por LOTE. Sessão: 22/03/2022, às 09h00. As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no endereço eletrônico: www.riodecontas.ba.gov.br/diarioficial e www.licitacoes.com.br ou no Setor de Licitações, situada no Largo do Rosário, 01, Centro, Rio de Contas-BA, no horário das 8:00h às 12:00h. **Paulo Richardson Batista Santos - Pregoeiro.**

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

SESAB/FES-BA
SAFTEC - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

Fica sem efeito a publicação da Dispensa de Licitação nº 049/2022, publicada no jornal em 08 de março de 2022, caderno economia, fl. 10.

Salvador, 09/03/2022 - **Maria Fernanda Yanase - Secretária da Saúde.**

SESAB

SATO EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do Leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 - Fundação - São Caetano do Sul - SP e online no site www.satoleiloes.com.br.
TATIANA HISA SATO, Leiloeira Oficial - mat. Juízo nº 817, autorizada por EMBRACON/ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA - CNPJ: 58.113.812/0001-23, venderá em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26, 27 e 1 da Lei Fed. Nº 9.514/97 e suas alterações, o **IMÓVEL**: Lote 12 da Quadra 23, localizado no Loteamento denominado Jardim Primavera, no Perímetro Urbano do Distrito Posto da Mata, em Nova Viçosa/BA, medindo 300,00m². Av. 2 - Em 03/08/2018 - Protocolo 16.775 nesta data. Foi edificada uma casa residencial de número 53, medindo 160,00m², construída em alvenaria, coberta de telha colonial, piso de cerâmica, composta de 10 cômodos, sendo 03 quartos, 02 salas, 01 cozinha, 01 suite, 01 banheiro, 01 varanda e 01 garagem, conforme consta da certidão detalhada de lançamento expedida pela prefeitura local em 01/08/2018. **Ocupado. Matrícula 10.906 - Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas de Nova Viçosa/BA. 1º LEILÃO 23/03/2022 às 11h00 - VALOR: R\$ 161.000,00. 2º LEILÃO 24/03/2022 às 11h00 - VALOR: R\$ 125.000,00.** Caso o mutuário queira exercer o direito de preferência, o valor para arrematação é exatamente o valor de R\$ 105.000,00. Somente o mutuário poderá arrematar por este valor à vista. Encargos do arrematante: pago, à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. Consolidação da Propriedade em 28/01/2022. O Fidejucante - JANILSON BARBOSA RODRIGUES CPF 001.583.235-05 - comunicou as datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões - www.satoleiloes.com.br (11) 4223-4343.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 15.244.148/0001-49

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

O Pregoeiro do CRCBA torna pública a ALTERAÇÃO no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 002/2022, que tem como objeto: Item 1 - Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de ar condicionado e Item 2 - Serviço de instalação e montagem dos sistemas de ar condicionados com aplicação de todo o material necessário, em imóveis situados à Avenida Tancredo Neves, 2539, 31º andar e loja térreo, Torre Londres, Salvador-Ba, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e Memoriais Descritivos deste Edital. **DATA, HORA E LOCAL DO CERTAME: 22 DE MARÇO DE 2022, às 09 horas (Horário de Brasília).** EDITAL: www.crcba.org.br e www.comprasnet.gov.br. Informações: Na sede do CRCBA, Rua do Salete nº 320, Barris, Salvador - BA. CEP: 41070-200, pelo e-mail licitacao@crcb-ba.org.br e através do Tel. (71) 2109-4000, de segunda à sexta-feira das 08h às 17 horas.

Salvador-BA, 09 de março de 2022.
Valnei Nascimento da Fonseca
Pregoeiro do CRCBA

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Candidatura

Depois da plenária da segunda-feira à noite, o PT partiu revigorado para definir a candidatura do partido a governador, alternativa que lhe restou depois que o senador Jaques Wagner abriu mão de concorrer, inicialmente, em favor do senador Otto Alencar (PSD), que também não aceitou a disputa. Ontem, as informações no partido eram de que três nomes estão mais ou menos colocados para a escolha, que deve ser feita pela direção estadual da agremiação até o sábado, depois que os nomes oficializarem sua postulação ainda nesta quinta-feira. Estão no páreo hoje Luiz Caetano, secretário de Relações Institucionais do governo, Moema Gramacho, prefeita de Lauro de Freitas, e Jerônimo Rodrigues, secretário estadual de Educação.

Jerônimo Rodrigues



Abalo

O Tribunal de Justiça, além de muita gente no meio jurídico, ficou abalado com o falecimento repentino do desembargador aposentado do Tribunal de Justiça da Bahia, José Geminiano da Conceição, ontem, em Guaiacquil (Equador). O magistrado iria pegar um voo com destino a São Paulo, com escala no Panamá, quando começou a passar mal. Ele estava acompanhado pela esposa, a também desembargadora aposentada Aidil Silva Conceição, a quem todos dirigem seus sentimentos.

Dia da Mulher

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia promove, hoje, às 17h, a palestra "Rita Lobato Velho Lopes: a primeira mulher a graduar-se em Medicina no Brasil", a ser pronunciada pelo professor doutor José Antonio Souza (Ufba), membro emérito da Academia de Medicina da Bahia. O encontro, presencial, será realizado no auditório do Instituto – Avenida Joana Angélica, 43 – Piedade, obedecendo aos protocolos de segurança contra a Covid-19. O IGHB é uma das instituições apoiadas pelo programa Ações Continuidas a Instituições Culturais, iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) através do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

Vacinação

Salvador prossegue, hoje, com a vacinação contra a Covid-19, das 8h às 16h. Nesse dia, será intensificada a aplicação da dose de reforço para a população de rua. A dose de reforço da Janssen será administrada nos indivíduos que receberam a primeira dose do imunizante. Ainda hoje haverá aplicação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª doses para os públicos específicos, assim como a vacinação para crianças de 5 a 11 anos nas instituições de ensino da capital baiana. Todos devem estar com nome na lista do site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), no endereço www.saude.salvador.ba.gov.br.

Casos

O boletim epidemiológico de ontem registra 3.485 casos ativos de Covid-19 na Bahia. Ontem, foram registrados 2.789 casos de Covid-19 e 2.948 recuperados e mais 21 óbitos. Dos 1.512.109 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.479.222 já são considerados recuperados e 29.402 tiveram óbito confirmado. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.773.810 casos descartados e 326.813 em investigação. Na Bahia, 62.389 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

Imunizados

Até ontem, 11.425.513 pessoas haviam sido vacinadas com a primeira dose, 10.406.912 com a segunda dose ou dose única e 3.999.799 com a dose de reforço. Do público de 5 a 11 anos, 643.560 crianças já foram imunizadas com a primeira dose e 20.278 já tomaram também a segunda dose.

Posse

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski tomou posse ontem como membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições. O ministro ocupará o lugar deixado por Luís Roberto Barroso, que encerrou o mandato de quatro anos na Corte Eleitoral.

Essa crise entre Ucrânia e Rússia... Da crise, apareceu boa oportunidade para a gente. Temos um projeto que permite explorarmos terras indígenas de acordo com interesse dos índios. Espero que seja aprovado na Câmara já agora em março

Bolsonaro

Estresse alto

Os deputados e candidatos às chapas proporcionais governistas prosseguem como os mais preocupados com o desenrolar da montagem da chapa, sem nenhum candidato - às três vagas - definido. Em alguns partidos a indefinição tem levado os parlamentares a um nível de estresse tão grande que são constantes as brigas com a equipe e as lideranças que os apoiam.

Aposentadoria

O desembargador José Olegário Monção Caldas foi aposentado compulsoriamente pelo Tribunal de Justiça da Bahia. O magistrado está afastado do cargo desde 2019, porque é investigado pela Operação Faroeste, por fazer parte de um suposto esquema de venda de sentenças. A determinação, que foi publicada no Diário Eletrônico da instituição da última segunda-feira, teve validade desde o dia anterior, quando José Olegário completou 75 anos. Ela foi adotada com base na Constituição da Bahia, que prevê aposentadoria compulsória a servidores a partir de 70 anos.



ACM Neto

No aguardo

Na avaliação de parlamentares da oposição, quem agiu corretamente ao atrasar o anúncio de sua chapa foi o candidato do DEM ao governo, ACM Neto. Afinal, poderia ter fechado portas para novas aquisições, as quais passaram a ser esperadas depois que a confusão se armou sobre a montagem da chapa governista, onde quem souber o que vai acontecer morre.

Desmatamento

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal realiza, hoje, 8h30, audiência pública com o objetivo de debater medidas contra o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica. O presidente do colegiado, senador Jaques Wagner (PT-BA), convidou as artistas Letícia Sabatella e Maria Paula, que estarão em Brasília para o Ato pela Terra, que acontece na Esplanada dos Ministérios, a partir das 15h.

Sem impedimento

Para os que apontam uma suposta inelegibilidade de Luiz Caetano como condição impeditiva de sua candidatura ao governo pelo PT seus advogados esclarecem que ele passou por esta condição há muito tempo, tendo já superado qualquer obstáculo jurídico para que possa concorrer à sucessão estadual ou qualquer outro cargo eletivo em outubro próximo.



Luiz Caetano

Resistência

As suposições de que Caetano é o nome mais forte para assumir a candidatura ao governo baseiam-se, supostamente, nas dificuldades de Jerônimo Rodrigues e Moema Gramacho de o suplantarem na escolha do diretório estadual. Jerônimo, por exemplo, seria considerado 'muito verde' pelo governador Rui Costa (PT), por exemplo, ao passo que Moema enfrentaria resistências no próprio PT.

Culpado

Quem entrou na mira segura do governador Rui Costa (PT) foi o deputado federal petista Jorge Solla, depois que o parlamentar se tornou um dos líderes ostensivos da retomada da candidatura de Jaques Wagner ao governo do Estado. Rui estaria avaliando que ele foi um dos principais responsáveis pela desistência do senador Otto Alencar (PSD) de concorrer ao governo.



Jorge Solla

Conjecturas

Desesperados com o rumo que a definição da chapa governista passou a tomar, petistas passaram a se dedicar a conjecturas sobre o que poderia estar acontecendo hoje na armação do jogo para a sucessão estadual se o escolhido por Jaques Wagner para sucedê-lo tivesse sido o deputado Jorge Solla ou o ex-presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, nome preferido na época pelo ex-presidente Lula. Quem sabe?

Operação

Uma operação do Ministério Público da Bahia prendeu três pessoas ontem, em Salvador. Os presos são suspeitos de envolvimento na invasão e destruição das casas de 30 famílias no assentamento Sítio Tererê, que fica no distrito de Catu de Abrantes, em Camaçari, Região Metropolitana de Salvador, ocorrida em 20 de novembro. Chamada de "Operação Cricket" em referência à palavra inglesa "crickets", que significa grilo, fazendo alusão à prática de grilagem de terras, a ação foi realizada pelo Grupo de Apoio Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Refugiado

Um garoto de 11 anos chegou em segurança à Eslováquia após viajar 1.200 km a partir do leste da Ucrânia com nada mais do que uma sacola plástica, uma mochila, o passaporte e o número de telefone de parentes no país anotado na mão. Hassan mora em Zaporizhzhia

(cidade ucraniana onde está a usina nuclear alvo de bombardeios). Ele deixou o país sozinho porque sua mãe teve que cuidar da avó de Hassan, que é idosa. Ele embarcou em um trem e, quando finalmente cruzou a fronteira, foi recebido por funcionários da alfândega. Já em território eslovaco, foi recebido como herói. Com seus poucos pertences, o garoto recebeu comida e água de voluntários enquanto era feito contato com os parentes em Bratislava, a capital eslovaca.

Saneamento

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), vai repassar mais de R\$ 17 milhões para a continuidade de obras de saneamento básico em 11 estados brasileiros. As intervenções ocorrerão no Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. Ao todo, mais de 325 mil famílias serão beneficiadas. "Nós sabemos o benefício que o tratamento de água, de esgotos, a canalização adequada dos córregos propicia às cidades. Então, estamos fazendo todo o esforço para que não haja nenhuma interrupção do cronograma físico-financeiro dessas obras", destaca o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

TÂNIA FUSCO

Rapariga boa. Mina fácil

Ontem foi o Dia Internacional das Mulheres – das "mina", das raparigas, das queugas, das putas, das do-lar, das santas, das ingênuas, das safadas. Noventa por cento da população mundial tem algum tipo de preconceito contra as mulheres. Os dados, de 2020, são do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Artur Do Val, deputado estadual pelo Podemos, de São Paulo, atravessou o Atlântico para dar um rolezinho na guerra Rússia/Ucrânia. Hétero, branco, com dinheiro no bolso, nem ai pra tragédia, entusiasmado, informou seus pares do MBL: as mulheres ali, no meio da guerra, "são fáceis porque são pobres".

Na guerra ou na paz, Artur não está sozinho no seu olhar para as mulheres.

Sábado, 5 de março. Do lado de cá do Atlântico, em Itaituba, sudoeste do Pará, o prefeito, Valmir Climaco, no meio de um show, saiu apontando aos berros: "Vou comer aquela! Vou comer mais de 20! Pensa num lugar que tem tanta rapariga boa? Aqui tem".

Na fronteira da Ucrânia com a Eslováquia, Arturzinho viu muito mais do que Valmir: "Imagina uma fila de sei lá, de 200 metros ou mais, só deusa. Se pegar a fila da melhor balada do Brasil, na melhor época do ano, não chega aos pés da fila de refugiados aqui."

Valmir saiu bêbado e arrastado do baile. Não deu conta do pretendido banquete de raparigas.

Artur, que queria ser governador de São Paulo, lamentou a divulgação de seu áudio. "Fora do contexto." Perdeu a namorada, a candidatura, o partido, foi renegado pelo ex-juiz Moro, e pode ficar sem mandato.

que, desde o início da pandemia, 100.398 meninas e mulheres brasileiras foram vítimas de violência sexual.

Nas guerras, "as mina" de todas as idades são esturpadas por mocinhos e bandidos. Tipo, "faz parte". Não há Convenção de Genebra, ajuda humanitária, propósito, religião ou fé que acabe com isso.

O planeta Terra ainda é muito mais dos heteros, brancos e ricos – os vencedores. Desde que o mundo é mundo, a eles estão reservados todos os privilégios, a máxima proteção. Ai está o nó que não há quem desate.

São eles que comandam o dinheiro e as guerras. Ele, o dinheiro/a riqueza, é sempre a causa delas, as guerras. Simples e simplório assim.

Nas guerras ninguém tem razão, principalmente a alegada razão de Estado. Todos têm culpa. Os mais desiguais – mulheres e crianças, particularmente – sofrem mais, morrem mais.

Não é diferente na espetaculosa, quase glamorizada* Rússia X Ucrânia. Muitos cancelam a Rússia, alguns a Ucrânia. ("Desculpe o adjetivo. Mas, vendo o noticiário, não achei melhor qualificação).

Em 2022, as Guerras é que deveriam já estar canceladas. Alguém já viu alguma Razão de Estado puxar um cordão em favor da paz ou do combate real às desigualdades, ou à fome no mundo?

Não há líder, religião ou Papa que ouse professar a fé na paz.

Pacifistas costumam ser ridicularizados ou mortos. Nossa memória ocidental guarda UM grande nome de pacifista – Mahatma Gandhi, que pregou e exerceu a não-violência na luta pela independência da Índia, na vida. (Mahatma, em sânscrito, significa "grande alma").

Sem esquecer, Jesus Cristo, o pacifista hors-concours, podemos mencionar ainda Martin Luther King e o até beatle John Lennon. Todos assassinados.

O mundo dos homens é repetitivo.

*Tânia Fusco é jornalista

ACM Neto articula para ter o apoio do PP nas eleições

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Pré-candidato ao governo da Bahia, o ex-prefeito soteropolitano ACM Neto (União Brasil) tem se articulado para ter o apoio do PP nas eleições. O partido do vice-governador João Leão está com a relação estremecida na base governista após saber que o governador Rui Costa (PT) não renunciará para ser candidato a senador. A renúncia beneficiaria Leão que assumiria o comando do governo.

A um interlocutor, Neto disse que é “grande” a chance do PP migrar para sua base política, e apoiá-lo na disputa ao Palácio de Ondina. Os pepistas têm

evitado a falar sobre um possível rompimento com a base petista. “Por enquanto, nada a declarar”, diz o presidente nacional do PP, Cláudio Cajado, em entrevista à reportagem.

O PP vinha ameaçando romper com o grupo de Rui se o vice-governador João Leão (PP) não assumisse o governo. Anteontem, entrevista à rádio Metrôpole, o senador Jaques Wagner (PT) disse que Rui não renunciará e permanecerá até o fim do mandato. O que acaba com as chances de Leão sentar na cadeira de governador.

“Comuniquei ao governador Rui Costa que não manteria minha candidatura e que a gente tinha que montar uma estratégia. Tenho a convicção de que iremos vencer novamente na

Bahia. Hoje, o PT tem três nomes:

Jerônimo Rodrigues, o secretário de Educação; Luiz Caetano, o secretário de Relações Institucionais; e Moema Gramacho, prefeita de Lauro de Freitas. São três bons nomes, sendo dois já muito testados eleitoralmente e um que tem muito sucesso com tudo o que pega para fazer. Rui entendeu a importância de ficar na cadeira até o final e vamos conversar novamente com o Lula”, disse Wagner.

Rui Costa, por sua vez, não comentou as declarações de Wagner. “Eu não vou, como eu me comprometi anteriormente, ficar comentando parte do diálogo que nós estamos tendo internamente até o fechamento, ou eventualmente ficar comentando criações e es-



O EX-PREFEITO soteropolitano ACM Neto (União Brasil) tem se articulado para ter o apoio do PP nas eleições

peculações de sites, de blogs ou, como a gente costuma ver, de fontes não reveladas”. Eu prefiro não comentar”, declarou, em coletiva de imprensa. “De mim, vocês não ouviram nem em ‘on’, nem em ‘off’ nenhuma formação de chapa, nem parte da chapa. Então, se alguém

quer cobrar alguma coisa, vai cobrar de quem falou”, acrescentou.

Ainda na entrevista, Wagner alfinetou o pré-candidato do União Brasil. Segundo o petista, qualquer nome apoiado por Lula já começa a eleição com 30% das intenções de voto. “Nós vamos

ganhar a eleição, conheço um pouquinho disso. Não vejo grupo político ali, ele vive do nome do avô, porque cada cidade tem uma escola ou rua com o nome do avô, ele deu sorte que sucedeu um péssimo prefeito, tem uma imagem boa perante a população, vamos disputar”, declarou.

ARRANJO

Rui e Wagner vão se reunir com Lula para definir chapa



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa, o senador Jaques Wagner e o presidente do PT da Bahia, Éden Valadares, vão se reunir amanhã com Lula

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa, o senador Jaques Wagner e o presidente do PT da Bahia, Éden Valadares, vão se reunir na próxima quinta-feira com o ex-presidente Lula (PT). O encontro vai acontecer em São Paulo.

No encontro, o martelo sobre o candidato do PT ao governo da Bahia deve ser batido. O encontro foi confirmado pelo governador. “Eu vou estar com ele (Lula) essa semana. Nós vamos até o dia 13, vou trabalhar para até o dia 13 fazer o anúncio (da chapa). Não farei antecipação e especulação sobre possí-

veis composições. É na quinta (o encontro com Lula), e não vou comentar possíveis composições ou especulações”, disse Rui Costa.

Dentro do PT, três nomes disputam a indicação. O secretário estadual de Relações Institucionais, Luiz Caetano, o secretário estadual de Educação, Jerônimo Rodrigues, e a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho.

O deputado Valmir Assunção defendeu que o seu partido indique o secretário Rodrigues como candidato a governador da Bahia. Para ele seria uma “retribuição” ao governador Rui Costa, que decidiu permanecer até o final do mandato, segundo o senador Jaques Wagner.

“O favorito para ser o can-

didato é o candidato do governador (Jerônimo Rodrigues). Ele (Rui Costa) fez um gesto de grandeza ao ficar no governo, e o PT tem que retribuir esse gesto de grandeza. Esse gesto dele permite também que o PT faça um gesto, e acho que o diretório tem que retribuir”, declarou Valmir.

A ala que defende Luiz Caetano avalia que o ex-prefeito de Camaçari seria o melhor nome, porque transitou bem entre prefeitos por ter sido presidente da União dos Municípios do Brasil (UPB). Além disso, também teria uma boa relação com todas as correntes do PT. Apesar de ter sido alvo da Justiça, a avaliação ainda é de que isso não prejudicaria ele, pois, no en-

tendimento dos petistas, Caetano foi “perseguido” igual ao ex-presidente Lula (PT).

Presidente do PT na Bahia, Éden Valadares confirmou que o seu partido deve definir até sábado o candidato ao governo da Bahia.

“Nós vamos oferecer aos aliados e à sociedade baiana um nome do PT para representar o nosso projeto. O projeto vitorioso de Rui Costa, com o apoio de Wagner, Lula e nossos aliados. Como a gente tem uma longa tradição de democracia interna, de construção coletiva e de respeito às instâncias, serão elas que decidirão. No caso, a Executiva e o Diretório Estadual. Executiva na sexta, Diretório no sábado”, disse ele.

Orçamento de campanha foi motivo para Otto desistir de campanha

O pessedista vem afirmando que nunca foi candidato a governador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O principal assunto da política baiana nesta semana é a formação da chapa do grupo formado por PT, PSD e PP. O grupo vem registrando grandes reviravoltas com as desistências de Jaques Wagner (PT) e, posteriormente, de Otto Alencar (PSD), para a corrida ao Governo da Bahia.

Nos bastidores, algumas coisas pesaram. Wagner abriu mão da cabeça de chapa para contemplar o PSD e o PP, já que o governador Rui Costa pretendia ocupar a vaga do PT na chapa majoritária sendo candidato ao Se-

nado. Neste arranjo, Otto seria o candidato a governador. Contudo, no último fim de semana, o acerto mudou.

De acordo com o colonista Guilherme Amado, do Metrôpoles, a baixa disponibilidade de recursos para organizar uma pré-campanha foi um dos fatores determinantes para Otto se recusar a entrar na eleição ao Palácio de Ondina e decidir tentar a reeleição.

Otto vem afirmando que nunca foi candidato a governador e que a oportunidade não o empolgava. Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, também declarou publicamente ser contra a ideia. Segundo aliados do senador, o orçamento curto

para preparar a candidatura foi o que provocou a desistência.

Ainda segundo a publicação, Otto teria de fazer uma intensa agenda de viagens pela Bahia para marcar possibilidade de recursos para organizar uma pré-campanha (UB) - este sim conta com um orçamento robusto. O senador vinha alertando políticos do PT e de outros partidos sobre a incapacidade de levantar fundos para a pré-campanha.

Otto não foi encontrado pela Tribuna para comentar o caso. Ontem, em entrevista à Metrôpole, ele disse que nunca se colocou como candidato ao Governo. “Eu nunca me coloquei como candidato a

governador, quem colocou foi [uma parte] da imprensa. Sempre me coloquei como candidato a senador. Agora em diante o Partido dos Trabalhadores tem que fazer os entendimentos com a base, com os outros partidos e nós vamos pra luta. Pra trás não adianta. Agora vamos pra frente, o candidato vai vir. É buscar alguém que possa se comprometer a dar continuidade ao trabalho maravilhoso de Rui Costa. Conversei com Leão, como converso todos os dias, não tratei de nenhuma posição de governo. É uma situação já resolvida. Minha posição é muito clara, de aliança com o PT e com a base. Vou caminhar com o candidato que vier”, declarou.



OTTO ALENCAR vem afirmando que nunca foi candidato a governador e que a oportunidade não o empolgava

“PT raiz” ratifica candidatura própria ao governo da Bahia

RAUL MONTEIRO E HENRIQUE
BRINCO/EDITORIA DE POLÍTICA

O PT não vai desistir de lançar uma candidatura própria ao Governo da Bahia. Com a desistência de Otto Alencar (PSD) na cabeça de chapa, o partido agora trabalha internamente para lançar um novo nome. Os três favoritos, por enquanto, são a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, o secretário estadual de Relações Institucionais, Luiz Caetano, ambos nomes defendidos

pela militância para assumir a candidatura governista. Jerônimo Rodrigues, secretário estadual de Educação, é o favorito do governador Rui Costa (PT) para o pleito.

Uma plenária foi realizada na noite de ontem para discutir o assunto. A reunião, realizada de forma remota, foi organizada horas após o senador Jaques Wagner (PT) anunciar a desistência de Otto. O encontro serviu para pacificar a militância em torno da ideia da candidatura própria de Rui cumprir o mandato até o fim.

“O petismo está vivo e vai ser um ator fundamental do processo eleitoral”, disse o ex-presidente do PT em Salvador, Ademário Costa, um dos organizadores da plenária. Pelo tom dos discursos, as duas medidas são consideradas parte da mesma estratégia para garantir a continuidade da gestão petista na Bahia. Os participantes da reunião não fizeram referências ao vice-governador João Leão (PP), que assumiria o governo no caso de Rui renunciar para disputar a senadotria.

EUA podem usar Venezuela para substituir petróleo russo

REUTERS

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, sinalizou na segunda-feira a disposição de aumentar a produção de petróleo de seu país se os suprimentos russos forem excluídos do mercado internacional, ao descrever uma reunião com autoridades americanas no fim de semana como “respeitosa, cordial e muito diplomática”.

Venezuela, um aliado russo cuja indústria petrolífera

está sob sanções americanas, surgiu como um possível substituto para alguns dos suprimentos de petróleo que poderiam ser proibidos à medida que os Estados Unidos aumentam seus esforços para punir a economia russa.

Autoridades americanas estão procurando aliviar as sanções para permitir que o petróleo venezuelano volte aos mercados globais e abordar o rápido aumento dos preços do petróleo.

Mas tais esforços enfrentam uma série de obstáculos.

Alguns membros do Congresso têm criticado fortemente qualquer esforço para reatar os laços com a Venezuela, dizendo que os esforços para isolar o presidente Vladimir Putin da Rússia não devem impulsionar outros líderes autoritários.

“A Casa Branca ofereceu abandonar aqueles que buscam a liberdade da Venezuela em troca de uma quantidade insignificante de petróleo”, disse o senador Marco Rubio, republicano da Flórida, em um tuíte.

Veículo: Metro1	
Data: 09/03/2022	Caderno: Brasil



BRASIL

Gasolina vendida por refinaria de Mataripe é quase 30% mais cara que preço da Petrobrás

Diferença de preço em refinaria privatizada é ainda maior para Diesel



Foto: **Divulgação**

Por: **Metro1** no dia 09 de março de 2022 às 07:53

O valor da gasolina praticado pela Refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, privatizada depois de ser vendida pela Petrobras ao fundo de investimento árabe Mubadala já está custando 27,4% a mais do que a vendida pela estatal. A estimativa é do Observatório Social da Petrobras (OSP), organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

A diferença em relação ao valor do diesel S-10 é ainda maior e chega a 28,2%, informou o OSP. Os combustíveis comercializados pela refinaria baiana, privatizada em dezembro de 2021, tiveram novo reajuste no último sábado, o quinto aumento só neste ano. Mataripe tem hoje os combustíveis com os preços mais elevados do Brasil, em comparação com as refinarias da estatal.

O levantamento ainda aponta que a gasolina na Bahia deverá ficar mais cara do que a do Rio de Janeiro, que é hoje o estado com os maiores preços e o maior ICMS do País.

Veículo: G1	
Data: 08/03/2022	Caderno: Bahia



Preço do diesel aumenta 23,4% na Bahia e economista explica impacto no consumidor geral: 'Efeito cascata'

Empresa que opera a Refinaria Mataripe aumentou o preço dos combustíveis cinco vezes este ano.

Por g1 BA e TV Bahia

08/03/2022 08h48 Atualizado há um dia



Aumento no preço do diesel é registrado na Bahia

O preço do óleo diesel teve um aumento de 23,4% na Bahia, de acordo com a Acelen, empresa que opera a Refinaria Mataripe, na Bahia. Em [Salvador](#), o litro do combustível é encontrado em uma média por R\$ 7,29, cerca de R\$ 0,50 mais barato que a gasolina.

O aumento representa impacto significativo, principalmente, no orçamento de caminhoneiros e outros transportadores. Além disso, gera alta no índice de inflação por causa da perda do valor de compra e aumento no preço da energia elétrica.

O economista César Almeida destaca que a alta no valor tem um efeito cascata, porque também cresce os preços de bens de consumo, como comida e roupas, além do repasse no valor do frete. “O diesel tem um grande impacto na nossa economia porque, no Brasil, a maior parte do nosso transporte é feito de forma rodoviária, e os caminhões são abastecidos com óleo diesel. Isso gera

um impacto direto no preço do frete, que gera um impacto direto nos preços da cadeia de produção como um todo, diretamente no consumidor, nos alimentos, nos eletrônicos, compras pela internet e por aí vai", avaliou.



Refinaria Landulpho Alves foi vendida para grupo Mubadala Capital — Foto: Divulgação/Petrobras

"Também tem o que a gente chama de efeito em cascata, porque a própria indústria, para comprar insumos, vai comprar de empresas, e a maior parte será transportado de forma rodoviária, então, o preço dos custos é pressionado, o que gera um aumento do preço final para o consumidor", complementou.

Os preços do combustível na Bahia passaram a subir suscetivamente desde que a [Refinaria Landulpho Alves foi privatizada](#) e o grupo árabe Mubadala Capital assumiu a gestão, rebatizando a refinaria para Mataripe. Só neste ano, a Acelen reajustou os valores de combustíveis na Bahia cinco vezes.

Em janeiro, foram três aumentos nos dias 1º, 15 e 22. Já em fevereiro, um novo aumento começou a ser praticado no dia 5. Novamente no dia 5, mas no mês de março, a operadora aumentou o valor dos combustíveis no estado baiano.

Congelamento de imposto

O aumento do preço dos combustíveis está ligado ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que foi congelado pelo governo da Bahia, em decreto. A Acelen alegou que houve problemas operacionais praticar os mesmos valores. No entanto, a empresa não detalhou quais foram os problemas.

A sugestão da Acelen foi pagar uma alíquota baseada em uma média de valores cobrados pela empresa em novembro do ano passado. Na segunda-feira (7), a [Secretaria Estadual da Fazenda \(Sefaz-BA\) aceitou a proposta da Acelen](#), após uma reunião.

Essa medida será adotada a partir de uma nova base de cálculo. Apesar disso, ainda não está definido se, na prática, haverá uma redução no preço do combustível.



Quarta, 09 de Março de 2022 - 09:00

Governo quer cortar tributo de frete para reduzir custo de combustíveis e fertilizantes

por Fábio Pupo | Folhapress



Em meio à escalada nos preços de petróleo e fertilizantes, pressionados pela guerra na Ucrânia, o governo brasileiro planeja um corte na tributação do frete marítimo para tentar reduzir custos de importação.

O Ministério da Economia pretende estabelecer, por meio de um decreto, um corte linear de aproximadamente um terço no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) –um tributo criado nos anos 1980 para incentivar a indústria naval nacional.

A medida tem custo calculado em aproximadamente R\$ 4 bilhões por ano e não há necessidade de compensação orçamentária porque a redução poderá ser usufruída por todos os setores. A Lei de Responsabilidade Fiscal só exigiria um balanceamento no caso de o corte tributário ser restrito a um grupo ou segmento.

O AFRMM incide sobre o produto desembarcado nos portos, seja de origem internacional ou de outras regiões brasileiras (por exemplo, por meio da navegação de cabotagem). Apesar disso, praticamente todo o valor arrecadado é oriundo das operações de importação.

Os combustíveis são os que mais contribuem para a arrecadação com o tributo (cerca de 18%), seguidos por cargas transportadas por contêineres (cerca de 17%) e adubos e fertilizantes (cerca de 13%). Outros produtos têm representatividade menor.

A proposta desenhada até agora estabelece um corte linear de 33,9% no AFRMM, sendo que há diferentes percentuais resultantes conforme a origem. Na navegação de longo curso internacional, por exemplo, a alíquota cairia de 25% para 16,5%; na de longo curso nacional, de 25% para 16,5%; na de cabotagem, de 10% para 6,6%.

O AFRMM é considerado pelo Ministério da Economia um tributo que não contribui para a atividade. Primeiro porque beneficiaria poucos estaleiros nacionais (80% dos recursos vão para um conjunto de aproximadamente 20 empresas) e segundo porque estabelecería uma forma de protecionismo à indústria nacional (ao taxar os produtos que chegam via mar).

Apesar de os combustíveis serem os maiores geradores de AFRMM, o Ministério da Economia vê um impacto mais significativo do tributo sobre a produção de alimentos. A estimativa da pasta é que o AFRMM custe aos agricultores por volta de R\$ 450 milhões ao ano na importação dos fertilizantes.

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura), que vinha desde a pandemia pedindo mudanças no AFRMM, comemora a medida. A entidade estima que fertilizantes e defensivos representam de 30% a 50% do custo de produção e classifica a escalada recente dos preços como "avassaladora".

De acordo com a CNA, a ureia aumentou 300% no ano passado, o potássio encareceu 170% e o fosfato dobrou de preço. Ainda de acordo com a entidade, os principais nutrientes aplicados no país são potássio (38% do total), cálcio (33%) e nitrogênio (29%).

Dos 35 milhões de toneladas de fertilizantes usados anualmente nas lavouras brasileiras, 74% têm origem no exterior. Rússia e Belarus, grandes exportadores, estão com as vendas afetadas em razão da guerra.

A CNA afirma que a cultura da soja lidera a demanda por fertilizantes com mais de 40% do total usado, seguida por milho, cana, café e algodão.

A conclusão do Ministério da Economia é que o AFRMM onera muito o frete de transporte, principalmente em itens que compõem a cesta básica ou afetam seu custo, como grãos, farinha de trigo, adubos e fertilizantes.

Cálculos da Economia apontam que a extinção do tributo reduziria o custo da cesta básica em 4,4%. A medida e outras similares em discussão são vistas internamente como os primeiros passos rumo a uma possível eliminação do AFRMM.

O ministro Paulo Guedes (Economia) tem colocado em prática diferentes medidas de corte tributário. Em sua visão, é melhor devolver os ganhos em receita obtidos em forma de impostos à sociedade do que inchar o Estado e dar margem a políticas questionáveis.

"Esse excesso de arrecadação não é para inchar a máquina de novo. Preferimos transformar esse ganho de arrecadação em redução de impostos para milhões de brasileiros", disse o ministro no mês passado ao anunciar um corte de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

O Sinaval (Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore) reagiu à medida dizendo que o setor vai ser afetado. "Isso prejudica a indústria, pois são recursos usados há mais de 50 anos pelas empresas", diz Sergio Bacci, vice-presidente da entidade.

Ele reconhece que os recursos do Fundo de Marinha Mercante não estão sendo usados de forma significativa atualmente e que há bilhões em dinheiro em estoque, mas afirma que isso é resultado de uma política de governo que não dá prioridade à indústria nacional. Ele diz que a Petrobras, forte contratante dos estaleiros brasileiros na era petista, agora encomenda seus navios da Ásia.

Para ele, o Ministério da Economia está usando o cenário de inflação para justificar uma medida que seria adotada de qualquer forma e prova disso seria que até a cabotagem teria suas tarifas reduzidas pela medida. "Estão querendo colocar a culpa nos fertilizantes", diz ele.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/03/2022	Coluna: Economia



BAHIA: GASOLINA EM REFINARIA PRIVATIZADA CUSTA 27,4% MAIS QUE A DA PETROBRAS



admin 8 Março, 2022

A gasolina na Refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, vendida pela Petrobras ao fundo de investimento árabe Mubadala, já está custando 27,4% a mais do que a vendida pela estatal, segundo estimativas do Observatório Social da Petrobras (OSP), organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A diferença em relação ao valor do diesel S-10 é ainda maior, 28,2%, informou o OSP.

Privatizada em dezembro de 2021, os combustíveis comercializados pela refinaria tiveram novo reajuste no último sábado, o quinto aumento este ano. De acordo com o levantamento, a gasolina na Bahia deverá ficar mais cara do que a do Rio de Janeiro, que é hoje o Estado com os maiores preços e o maior ICMS do País.

Compilados pelo **Bahia Econômica**, dados da ANP mostram que o preço da gasolina comum no estado foi de R\$ 7,519, na semana entre 27 de fevereiro a 5 deste mês. O valor mínimo encontrado nos postos baianos ficou em R\$ 6,629, com preço médio em R\$ 6,999. O total de 216 postos foi pesquisado.

No porto de Aratu, a defasagem do diesel e da gasolina em relação aos preços internacionais nesta terça, 8, era de 16% e 11%, respectivamente. Já nos demais portos do País, a defasagem chega a 36% no caso do diesel e de 32% na gasolina. A pouca diferença em solo baiano está relacionada com o constante aumento de preços.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/03/2022	Coluna: Economia



A GASOLINA VAI SUBIR NO BRASIL COM A GUERRA NA UCRÂNIA?



9 Março, 2022

Numa semana em que o barril do petróleo bateu em US\$ 139, no maior patamar de preços em 14 anos, e os Estados Unidos anunciaram um boicote às importações de petróleo da Rússia, o consumidor inevitavelmente se pergunta: o preço da gasolina vai subir no Brasil?

Normalmente, a resposta seria direta e reta: sim, pois a Petrobras reajusta seus preços no mercado interno levando em conta a cotação do barril no mercado internacional e a variação do câmbio, já que o petróleo é precificado globalmente em dólares.

No entanto, no momento atual, paira uma grande incerteza sobre o que vai acontecer com os preços da gasolina, diesel e do gás de cozinha no Brasil. Isso porque o presidente Jair Bolsonaro (PL), mirando a campanha à reeleição, já indicou que não deve deixar a estatal brasileira repassar integralmente a alta do petróleo no mercado internacional aos preços do mercado interno.

O governo analisa dois caminhos possíveis para limitar a alta dos combustíveis: congelar os preços por até seis meses, deixando a conta para a Petrobras, que teria suas margens comprimidas ao vender os combustíveis mais baratos do que os custos de importação.

Acompanhe as últimas informações da Guerra na Ucrânia

Essa medida, no entanto, precisaria ser aprovada pelo conselho de administração da empresa, onde pode haver resistência dos acionistas minoritários, que sairiam prejudicados com uma corrosão dos lucros da petroleira. Um segundo caminho seria o Tesouro Nacional subsidiar os combustíveis, usando para isso os recursos dos dividendos pagos pela Petrobras à União. Em fevereiro, a empresa anunciou a distribuição de R\$ 101,4 bilhões em dividendos referentes ao resultado de 2021 – o maior da sua história -, com cerca de 28% deste montante sendo destinado à União.

Nenhum dos caminhos agrada o mercado. O congelamento de preços penalizaria o valor da Petrobras e os acionistas minoritários. Já o subsídio teria impacto negativo para o equilíbrio das contas públicas. “Um barril que se aproxima dos US\$ 150 é um grande desafio para a Petrobras, porque, para ela, o petróleo é

parte dos custos. Quanto mais alto o preço do barril do petróleo e ela não conseguir repassar esses preços ao consumidor, menor se tornam as suas margens”, observa Alê Delara, sócio-diretor da corretora de commodities Pine.

“É o que está acontecendo hoje com a defasagem próxima a 40% no preço dos combustíveis pela paridade de importação. Então o governo está criando algum mecanismo para subsidiar os preços para que essa inflação não chegue ao consumidor.”

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/03/2022	Coluna: Economia



ALTA DOS COMBUSTÍVEIS REPERCUTE ENTRE SINDICATOS E ENTIDADES



admin 9 Março, 2022

Os aumentos sucessivos nos preços dos combustíveis têm causado uma enorme dor de cabeça aos consumidores baianos nos últimos meses. No entanto, a situação ficou ainda mais complicada na semana passada, quando o estado passou a sentir no bolso os efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O preço internacional do barril de petróleo chegou a US\$ 139 (equivalente a R\$ 704 na cotação atual), maior valor desde 2008.

Isso fez com que a gasolina, por exemplo, chegasse a custar R\$ 7,99 o litro na maioria dos estabelecimentos. Em alguns, o valor ultrapassava os R\$ 8. No caso da Bahia, o alto preço é reflexo principalmente de reajustes praticados pela Acelen, empresa privada que, desde o final de 2021, opera a refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (RLAM), que pertencia à Petrobras e foi vendida. Como já mostrou o Portal A Tarde, a operadora tem feito reajustes em quantidade e valor maiores que a média nacional. Setores da economia, sindicatos e órgãos públicos têm se posicionado a respeito da situação, seja avaliando os impactos ou buscando alternativas para tentar contorná-la. A reportagem consultou alguns deles.

Insatisfação das distribuidoras

O Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis do Estado da Bahia (Sindicom-BA) manifestou “insatisfação” quanto aos aumentos ocorridos na última sexta-feira, 4, e, principalmente, pelo fato de o mesmo produto ser vendido a preços menores em outros estados do país. A entidade afirma que a política praticada pela Acelen “altera o fluxo logístico com mais caminhões nas rodovias, mais poluição, comprando-se o combustível fora do Estado e trazendo-o de volta”.

“Por ser produto indispensável e fornecedor privado, monopolista de fato, cabe ao Governo uma atenção especial a esses aumentos, contra a economia popular, independente das alegações de paridade internacional influenciada por guerra, preço de petróleo, frete e cotação de dólar”, diz a nota assinada pelo presidente do Sindicom, Luiz Gonzaga do Amaral Andrade.

Por sua vez, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) afirmou que não tem participação na formação dos preços dos combustíveis, não comenta variações e não faz previsões sobre reajustes. “Os preços dos combustíveis são livres no Brasil, por lei, desde 2002. São fixados pelo mercado. Não há preços

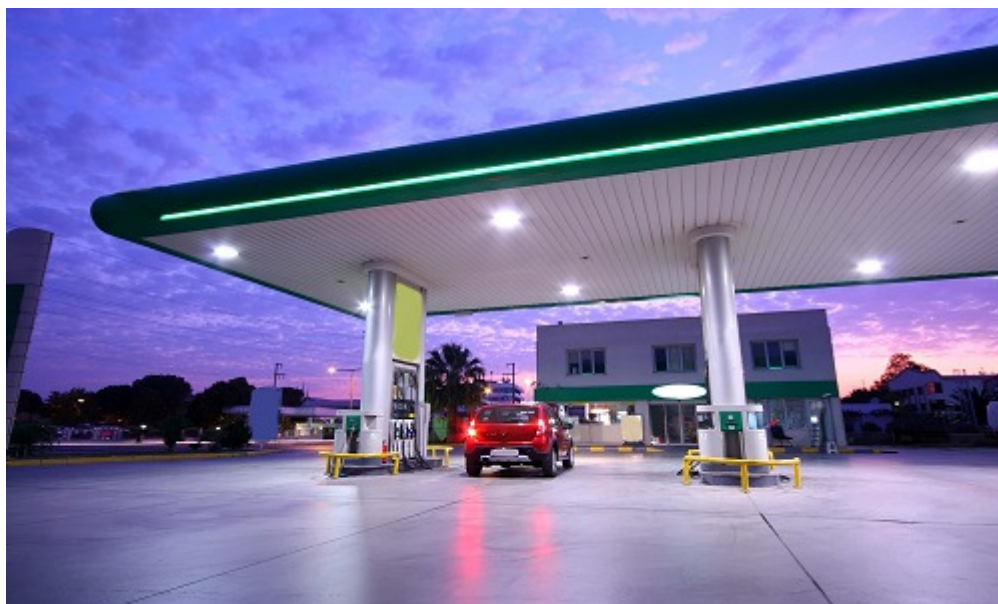
máximos, mínimos, tabelamento, nem necessidade de autorização da ANP, nem de nenhum órgão público para que os preços sejam reajustados ao consumidor”, diz trecho da nota.

O órgão disse ainda que acompanha os preços dos combustíveis “como forma de dar transparência aos valores praticados no mercado” e publica um levantamento semanal que mostra os preços ao consumidor praticados pelos postos nos municípios e as médias nos estados e no Brasil.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/03/2022	Coluna: Economia



GOVERNO AVALIA PROPOSTA DE GASTAR R\$ 27 BILHÕES PARA SUBSIDIAR COMBUSTÍVEIS POR TRÊS MESES



admin 9 Março, 2022

Em reunião, ministros e autoridades do governo apresentaram uma proposta de subsídio para os combustíveis por três meses que pode custar cerca de R\$ 27 bilhões aos cofres públicos. A ideia apresentada seria de um subsídio a partir de um gatilho de US\$ 95 o barril de petróleo. Acima disso, o governo arcaria com R\$ 300 milhões por ponto percentual de defasagem — nesta terça, o preço do barril alcançou quase US\$ 130.

Os R\$ 27 bilhões levariam em conta a possibilidade de o governo subsidiar até 30% de defasagem da Petrobras. Hoje, a estimativa é que os preços já estejam com uma defasagem acima desse percentual, chegando a quase 40%. A Petrobras não reajusta os preços da gasolina e diesel há 55 dias. Com as novas medidas anunciadas pelos EUA nesta terça-feira, de proibição da importação de petróleo russo, os preços internacionais podem subir ainda mais.

A reunião na tarde desta terça não terminou com acordo. Por cerca de duas horas, debateram o tema os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia), além dos presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto, e da Petrobras, general Silva e Luna.

Há uma concordância em apoiar a aprovação do PL 11, projeto a ser votado amanhã no Senado e que prevê a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de forma “monofásica”, ou seja, em uma única fase da cadeia de produção. E que todos os estados tenham alíquotas uniformes. Parte dos ministros não concordam com o subsídio e preferem uma modificação na política de preços da Petrobras, de forma a que a empresa absorva parte dos custos.

Veículo: UBAITABA URGENTE

Canal de Comunicação:
INTERNET

Título: Caminhoneiros fazem protesto em feira de santana após aumento no preço dos combustíveis

Data: 08/03/2022

Link: <https://ubaitabaurgente.com.br/geral/bahia/caminhoneiros-fazem-protesto-em-feira-de-santana-apos-aumento-do-preco-dos-combustiveis/>



Caminhoneiros realizaram um protesto no anel de contorno rodoviário de Feira de Santana no início da tarde desta terça-feira (08). O motivo da manifestação é a alta no preço dos combustíveis. Eles atearam fogo em pneus e bloquearam o trânsito na rodovia. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a interdição começou por volta das 12h40 e foi encerrada às 13h40. O protesto gerou um congestionamento de dois quilômetros na BR-324. Em vídeo publicado nas redes sociais, os caminhoneiros tentam mobilizar taxistas e motoqueiros para se juntarem à manifestação. Já em Itabuna, um grupo de motoristas decidiu abastecer em diferentes postos da cidade, colocando R\$ 0,50 em combustível e pedindo nota fiscal. Desde o último sábado, o valor dos combustíveis foram reajustados nos postos de combustíveis na Bahia. A gasolina chegou a R\$ 8,50 em algumas cidades do Estado e o diesel a R\$ 7. Com o agravamento da crise gerada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, o preço internacional do barril de petróleo disparou nos últimos treze dias e superou os US\$115 por barril, o que gerou impacto direto nos custos de produção. Na Bahia, a empresa Acelen, atual operadora da Refinaria Mataripe, não vinha praticando o congelamento do imposto ICMS implementado pelo Governo do Estado desde de novembro do ano passado. De acordo com a Sefaz, a companhia alegou problemas operacionais. Após reunião com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), nesta segunda-feira (07), a empresa propôs pagar uma alíquota baseada em uma média de valores cobrados por ela em novembro do ano passado. Ainda não se sabe se essa nova base de cálculo vai implicar em redução do preço dos combustíveis. (Com informações do Metro 1) COMPARTILHE

Veículo: G1	
Data: 08/03/2022	Caderno: Economia



Por Ana Flor

Governo avalia proposta de gastar R\$ 27 bilhões para subsidiar combustíveis por três meses

08/03/2022 19h18 Atualizado há 15 horas

Em reunião nesta terça-feira (8), ministros e autoridades do governo apresentaram uma proposta de subsídio para os combustíveis por três meses que pode custar cerca de R\$ 27 bilhões aos cofres públicos.

A ideia apresentada seria de um subsídio a partir de um gatilho de US\$ 95 o barril de petróleo. Acima disso, o governo arcaria com R\$ 300 milhões por ponto percentual de defasagem — nesta terça, o preço do barril alcançou quase US\$ 130.



Ameaças de novas sanções mantém pressão sobre o preço do petróleo

Os R\$ 27 bilhões levariam em conta a possibilidade de o governo subsidiar até 30% de defasagem da Petrobras.



Governo e Congresso tentam frear alta dos combustíveis

Hoje, a estimativa é que os preços já estejam com uma defasagem acima desse percentual, chegando a quase 40%. A [Petrobras](#) não reajusta os preços da gasolina e diesel há 55 dias.

Com as novas medidas anunciadas pelos EUA nesta terça-feira, de [proibição da importação de petróleo russo](#), os preços internacionais podem subir ainda mais.

A reunião na tarde desta terça não terminou com acordo. Por cerca de duas horas, debateram o tema os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia), além dos presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto, e da [Petrobras](#), general Silva e Luna.

Há uma concordância em apoiar a aprovação do PL 11, projeto a ser votado amanhã no Senado e que prevê a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de forma "monofásica", ou seja, em uma única fase da cadeia de produção. E que todos os estados tenham alíquotas uniformes.

Parte dos ministros não concordam com o subsídio e preferem uma modificação na política de preços da [Petrobras](#), de forma a que a empresa absorva parte dos custos.

Veículo: OUTROS

Canal de Comunicação: INTERNET

Título: Sefaz-Ba e CRCBA realizam webinar sobre o registro 1400 da EFD

Data: 08/03/2022

Link: <https://m.diaadiatributario.com.br/sefaz-ba-e-crcba-realizam-webinar-sobre-o-registro-1400-da-efd.html>

Com o objetivo de orientar os profissionais contábeis sobre o preenchimento do registro 1400 da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e esclarecer dúvidas, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBa), realiza webinar no dia 10 de março, às 15 horas. A transmissão do evento será feita pelo canal do CRCBa no Youtube e os profissionais que quiserem participar enviando perguntas podem fazer a inscrição por meio do sistema de eventos do Conselho, com acesso pelo site: www.crcba.org.br. O webinar tem o apoio do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia (Sescap Bahia), do Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia (Sindiconta-Ba) e é organizado pela Universidade Corporativa do Serviço Público - Unidade Fazenda (UCS/Sefaz-Ba), juntamente com o CRCBa.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/03/2022	Coluna: Economia



PARCELA DO BOLSA PRESENÇA SERÁ PAGA NO DIA 10 DE MARÇO



9 Março, 2022

O governador Rui Costa anunciou nesta terça-feira, 8, durante mais uma edição do Papo Correria, que os estudantes beneficiários do Bolsa Presença receberão o primeiro crédito do ano letivo de 2022 nesta quinta-feira, 10. De acordo com o gestor baiano, será destinado cerca de R\$ 675 milhões para o programa, que tem o objetivo de atender as famílias dos estudantes da rede estadual de ensino cadastradas no CadÚnico e em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

“São 301 mil famílias de baixa renda que vão receber. Os alunos que eventualmente não estejam cadastrados podem procurar a direção da escola para se cadastrar. Óbvio que precisa estar dentro do perfil de renda, mas você pode procurar informação na diretoria da sua escola ou no site da Secretaria da Educação (SEC)”, explicou Rui. Para receber o benefício do Bolsa Presença, os pais ou responsáveis legais devem matricular e garantir a frequência regular dos estudantes nas escolas.

Cada família recebe R\$ 150 por mês. A partir deste ano, houve o acréscimo de mais R\$ 50 por aluno, a partir do segundo estudante admitido no programa. Sobre os programas estudantis, Rui lembrou que as inscrições para o Partiu Estágio vão até 14 de março. Ao todo, são 4.761 vagas estão sendo oferecidas, das quais 2.505 vagas são para a SEC. O Estado oferece bolsa de R\$ 455, além do auxílio-transporte e 30 dias de recesso remunerado. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo próprio site do programa.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/03/2022	Coluna: Economia



COM MAIS DE R\$ 5,4 MI EM INVESTIMENTO, GOVERNO INAUGURA CASA DE APOIO À MULHER COM CÂNCER E CENTRO DE ENSINO E PESQUISA



admin 8 Março, 2022

As mulheres com algum tipo de câncer que realizam tratamento no Hospital da Mulher, em Salvador, terão um novo local de acolhimento e cuidado, além do suporte de um polo de pesquisa sobre a doença. Nesta terça-feira (8), o governador Rui Costa, acompanhado da secretária da Saúde do Estado Adélia Pinheiro, inaugurou a Casa de Apoio à Mulher com Câncer (CAMC) e o Centro de Ensino e Pesquisa, ambos localizados no bairro do Monte Serrat, na capital.

Criada com o objetivo de garantir a continuidade do tratamento das pacientes residentes em municípios distantes acima de 100 km de Salvador, a Casa de Apoio à Mulher com Câncer abriu oficialmente as portas para receber pacientes e acompanhantes que, além de hospedagem, terão acesso a terapias ocupacionais, oficinas de capacitação e atendimento nutricional e psicológico.

Com projeto que contempla um casarão, mirante, consultórios, salão de atividades e área externa, o espaço contará com investimento de mais de R\$ 3,3 milhões, entre obras físicas e mobiliário. O complexo também abrigará o Centro de Ensino e Pesquisas, que funcionará como um polo de estudos sobre o câncer na Bahia. O centro teve um investimento superior a R\$ 2 milhões entre obra e equipamentos.

Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 08/03/2022	



Em Piritiba, governador assina ordens de serviço para ampliação de escola e construção de sistema de abastecimento

8 março 2022



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A educação, a infraestrutura e o abastecimento de água foram reforçados no município de Piritiba, na Chapada Diamantina. O governador Rui Costa visitou a região nesta terça-feira (8), para autorizar o início das obras de ampliação do Colégio Estadual Professora Aydil Lima dos Santos, e a construção de um novo Sistema de Abastecimento de Água para o povoado de Cigana. Na ocasião, Rui autorizou também dois convênios, um para a pavimentação e sinalização de ruas e outro para a construção de uma área de lazer no Horto Florestal. O governador autorizou ainda a licitação para a pavimentação da pista do aeródromo do município, a doação de 40 barracas de feira livre e entregou o Espaço Colaborar de coworking, com equipamentos de informática.

Rui recebeu novos pedidos do município, que não estavam na pauta da visita. “Atendendo a um pleito do prefeito de Piritiba, Samuel Santana, nós vamos buscar uma solução jurídica para aportar mais R\$ 2 milhões na conclusão do hospital aqui de Piritiba”. O prefeito Samuel Santana afirmou que o município não tem receita suficiente para realizar o volume de obras conduzidas pelo Governo do Estado. “Seria praticamente impossível, nosso município é muito pequeno e por isso estamos todos muito emocionados e felizes. São vários convênios que vão trazer educação e saúde para a nossa cidade. Sem essa parceria, não haveria essas obras para a nossa população”.

Educação

Em visita à escola Aydil Lima, que vai receber mais oito salas de aula, auditório com teatro, campo Society e outros equipamentos, Rui destacou a data de 8 de Março. “É importante, neste Dia Internacional da Mulher, reafirmar uma sociedade de direito, de igualdade de oportunidade para as mulheres na educação, no mercado de trabalho, em todos os lugares”. O governador afirmou que, também para criar essas oportunidades, ele vem visitando colégios estaduais em toda a Bahia. “A primeira escola que eu visitei foi à escola Luiz Tarquínio, lá em Salvador, em 2015, e de lá para cá são mais de 600 escolas visitadas”.

Rui autorizou o início imediato das obras de ampliação da unidade. “O colégio vai passar a seguir um padrão com número de salas suficiente para oferecer Escolas em Tempo Integral, onde o aluno fica pelo menos sete horas todos os dias, com almoço, café, lanche, cursos profissionalizantes, prática esportiva e atividades culturais. Nós também colocaremos aqui equipamentos poliesportivos que possibilitem esporte de contato como box, judô, karatê, e ainda um campo de grama sintética oficial com pista de atletismo, porque educação não é só aprendizagem das matérias. Educação é ter acesso e oportunidade com equipamentos e espaços para cultura e esporte também” enfatizou.

Programa Educar para Trabalhar

O governador convocou ainda os alunos para fazerem a inscrição nos cursos gratuitos do [Programa Educar para Trabalhar](#). “Essa escola já tem cerca de 60 alunos matriculados. Então fica o convite para que vocês se matriculem nesses cursos profissionalizantes. Nós fizemos uma parceria com Sesc, o Sesi, o Senai, para oferecer para os alunos cursos que normalmente são pagos. Para isso, o Governo do Estado comprou 200 mil vagas e 109 mil estudantes já se matricularam. Nós ainda temos 91 mil vagas para esses cursos. Então fica o convite para que os estudantes daqui se inscrevam, a inscrição é gratuita, via a internet”.

Valdomiro Souza, 19 anos, está terminando o ensino médio na unidade e elogiou as ações anunciadas pelo governador. “Achei muito interessante, é um monte de coisa que vai ser feita aqui. Mas eu achei mais interessante o curso profissionalizante, que eu estou muito interessado. E o auditório, as quadras, melhoram tudo, no preparo físico, na aprendizagem, vamos ter um desenvolvimento melhor”.

Concursos e volta às aulas

O secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, comentou sobre os investimentos que estão sendo feitos em educação na Bahia. “Rui acabou de anunciar um concurso para coordenadores pedagógicos e professores, ele nos autorizou a contratar mais pessoal e serviços para garantir uma alimentação adequada para os estudantes. Já são R\$ 3,5 bilhões sendo investidos apenas em obras, fora equipamentos, internet, alimentação, farda, então a Bahia vem demarcando um espaço significativo em investimentos”.

Jerônimo Rodrigues também ressaltou que os estudantes baianos estão voltando em massa para a sala de aula. “Avançam as aulas, já temos mais de um mês de aulas presenciais. Chegamos a 720 mil matrículas, nossa expectativa é chegar a 760 mil. É uma alegria muito grande estar aqui hoje em Piritiba, com o governador dando mais essa ordem de serviço para continuar avançando com a Educação em toda a Bahia.

Espaço Colaborar

No Espaço Colaborar de Piritiba foram aplicados pelo Governo do Estado R\$ 40 mil reais. Rui ressaltou que o investimento representa oportunidade, especialmente para a juventude. “É um espaço tecnológico para quem gosta de informática, um investimento em computadores, equipamentos. Nós criamos esses espaços para estimular jovens que às vezes são talentosos, mas não têm equipamentos mais robustos, mais velozes, para que eles possam se dedicar ao mundo da informática, do software e da tecnologia. O espaço dá acesso gratuito a toda a população do município”.

Consórcios intermunicipais e abastecimento

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina foi autorizado a firmar dois convênios com o Governo do Estado, um para a construção de um espaço de lazer no Horto Florestal, no valor de R\$ 1,1 milhão, outro para a pavimentação de ruas, no valor de mais R\$ 2 milhões. “Consórcio é uma ferramenta que nós criamos para ajudar os prefeitos a fazer mais e melhores ações, e gastando menos. Fazem parte desses consórcios municípios pequenos, de baixa arrecadação, que não conseguiriam realizar obras de recuperação de estradas, comprar máquinas pesadas e usinas de asfalto. Então, os municípios se unem e o Governo do Estado apoia e incentiva a formação dos consórcios”.

Sobre a implantação do Sistema de Abastecimento, Rui ressaltou que água é sinônimo de vida e de saúde. “Então a gente autorizou a construção deste novo sistema de abastecimento para o povoado de Cigana. E eu sugiro que a prefeitura leve para a Cerb toda a demanda que o município tiver para levar água para todas as localidades. Para isso, nós criamos o Programa Água para Todos, e já aplicamos R\$ 12 bilhões para levar água para todas as cidades da Bahia. São obras grandes, como barragens, e outras menores”.

Repórter: Raul Rodrigues

Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 08/03/2022	



Parcela do Bolsa Presença será paga no dia 10 de março

8 março 2022



Foto: Luiz Carrera/SECBA

O governador Rui Costa anunciou durante o Papo Correria, transmitido na noite desta terça-feira (8), que os estudantes beneficiários do Bolsa Presença receberão o primeiro crédito do ano letivo de 2022 na próxima quinta-feira (10). Este ano, o Governo do Estado destinará cerca de R\$ 675 milhões para o programa, que tem o objetivo de atender as famílias dos estudantes da rede estadual de ensino cadastradas no CadÚnico e em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Leia a nova edição

“São 301 mil famílias de baixa renda que vão receber. Os alunos que eventualmente não estejam cadastrados podem procurar a direção da escola para se cadastrar. Óbvio que precisa estar dentro do perfil de renda, mas você pode procurar informação na diretoria da sua escola ou no site da Secretaria da Educação (SEC)”, explicou Rui. O endereço é www.educacao.ba.gov.br.

Para receber o benefício do Bolsa Presença, os pais ou responsáveis legais devem matricular e garantir a frequência regular dos estudantes nas escolas. As famílias recebem R\$ 150 por mês e, a partir deste ano, será acrescido mais R\$ 50 por aluno, a partir do segundo estudante admitido no programa.

Ainda sobre os programas estudiantis, Rui lembrou que as inscrições para o Partiu Estágio vão até 14 de março. No total, 4.761 vagas estão sendo oferecidas, das quais 2.505 vagas são para a SEC. O Estado oferece bolsa de R\$ 455, além do auxílio-transporte e 30 dias de recesso remunerado. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site do programa: www.programaestagio.saeb.ba.gov.br

Visita

No estúdio do Papo Correria, Rui recebeu o estudante Sandro Nascimento, aluno da rede estadual de Caculé, que foi aprovado em medicina pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e viralizou nas redes sociais com um vídeo em que vai até a roça onde o pai trabalha para contar a notícia.

Durante o encontro com o governador, com a participação da família do jovem, Sandro falou sobre a trajetória de superação e relatou a rotina de estudos até alcançar a aprovação em medicina. “Eu espero que você possa estimular milhares de jovens a seguir o seu caminho”, declarou Rui.

Saúde

O governador começou o programa parabenizando as mulheres pelo dia e destacou a inauguração da [Casa da Mulher e do Centro de Ensino e Pesquisa](#), localizados no bairro de Monte Serrat, na capital, nesta terça (8). As estruturas serão locais de ensino e pesquisa e pontos de acolhimento e cuidado para mulheres com algum tipo de câncer e que realizam tratamento no Hospital da Mulher, garantindo a continuidade do tratamento das pacientes residentes em municípios distantes acima de 100 quilômetros da capital. O governador lembrou que a ideia do local foi da primeira-dama do Estado, Aline Peixoto.

Rui anunciou também que ocorrerá em Salvador, de sexta (11) a domingo (13), a Feira Cidadã, evento gratuito que reúne serviços de saúde e cidadania, organizado pela Secretaria da Saúde (Sesab). O evento será realizado no Largo de Roma, em frente ao Hospital da Mulher, a partir das 8h. “O objetivo é zerar a fila de diagnóstico e de cirurgias eletivas no estado”, disse o governador, acrescentando que a ação passará por outras cidades do estado.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A hora da reforma tributária

Consensual, PEC 110 já reúne condições para ser aprovada no Congresso

Robson Braga de Andrade

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

As eleições gerais de outubronão podem servir de pretexto para o país adiar, mais uma vez, a reforma ampla da tributação sobre o consumo. A aprovação da proposta de emenda à Constituição nº 110/2019 (PEC 110), ainda no primeiro semestre deste ano, é fundamental para desatrar o crescimento da economia, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da população.

É por isso que nenhum dos pré-candidatos à Presidência da República se manifesta contra a realização da reforma tributária. Fazê-la agora permitirá que os seus frutos comecem a ser colhidos ainda no próximo mandato presidencial.

Felizmente, a matéria está entre as prioridades dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A PEC não está pronta para votação. O substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) reúne todas as condições para ser aprovado rapidamente, pois conta com o apoio do governo federal, dos estados, da grande maioria dos municípios e de líderes dos mais diversos segmentos empresariais.

Esse inédito consenso nacional foi construído em um amplo debate. De 2019 até o fim do ano passado foram realizados eventos, reuniões e audiências públicas que reuniram a expressiva participação de especialistas e de representantes dos três níveis de governo, além de empresários e de líderes de outros setores da sociedade. Todos tiveram a chance de manifestar suas posições e apresentar sugestões. O texto da PEC 110 incorporou diversas dessas recomendações e procurou compatibilizar posições. Daí resulta o amplo apoio que recebe.

Uma alteração que conciliou divergências, do ponto de vista dos entes da federação, foi a opção pe-

lo IVA Dual, que substitui quatro tributos sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Cofins, ICMS e ISS) por dois tributos sobre o valor agregado. A Contribuição sobre Operações de Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS e o Cofins, será arrecadada pela União. O imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que reunirá o ICMS e o ISS, será repartido entre estados e municípios.

Outra sugestão acolhida foi a possibilidade de criação de regimes favorecidos de tributação para determinados bens e serviços a serem definidos pelo Congresso em legislação infraconstitucional. Dessa for-

ma, ainda que fazendo uma redistribuição da carga tributária entre os setores econômicos menor do que a ideal, a PEC 110 atende aos pleitos dos produtores de bens e serviços contrários à tributação uniforme nos dois impostos.

O grande mérito da PEC 110 é que o modelo de tributação do consumo resultante da sua aprovação eliminará distorções, simplificará o sistema tributário e garantirá a desoneração das exportações e dos investimentos. Também ajudará os produtos brasileiros a enfrentar, em igualdade de condições, a concorrência com os estrangeiros nos mercados interno e externo.

Diversos estudos demonstram que uma reforma que substitua os atuais impostos de má qualidade pelo IVA Dual vai acelerar o ritmo de crescimento econômico nos próximos anos. Um desses trabalhos, feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil poderá ter uma expansão adicional de 12% em 15 anos.

O crescimento maior do PIB impulsionará todos os setores econômicos. A produção industrial poderá ter uma expansão de 16,6%. A agropecuária crescerá 10,6%, e os serviços, 10,1%. Isso favorecerá a criação de empregos e elevará a arrecadação nos três níveis de governo.

Por essas razões, é preciso acelerar a aprovação da PEC 110. Com isso, o país terá um sistema tributário mais eficiente, de padrão mundial, capaz de aumentar o ritmo de crescimento e de criação de empregos. Feita a reforma tributária, devemos aproveitar este ano de eleições para aprofundar o debate em torno de outras ações estruturais necessárias para a construção de um país mais próspero, sustentável e inclusivo.

[...]

O grande mérito da PEC 110 é que o modelo de tributação do consumo resultante da sua aprovação eliminará distorções, simplificará o sistema tributário e garantirá a desoneração das exportações e dos investimentos. Também ajudará os produtos brasileiros a enfrentar, em igualdade de condições, a concorrência com os estrangeiros

Legislação e violência doméstica

Consolidação de leis trará mais eficácia na luta pela dignidade feminina

Thiago Auricchio

Deputado estadual (PL-SP), e autor do Código de Defesa da Mulher

Desde o início deste século, o Brasil vem avançando no estabelecimento de marcos civilizatórios para combater a violência doméstica, particularmente a violência contra a mulher. No âmbito federal, foram aprovadas nos últimos anos a Lei Maria da Penha (2006), a Lei Joana Maranhão (2012) e a Lei do Femicídio (2015), entre muitas outras.

No estado de São Paulo, nós tínhamos várias leis que, desde 1968, tratavam desse tema. Foi no sentido de dar mais eficácia a essa legislação esparsa que propus um projeto para consolidá-la em um Código de Defesa da Mulher, que foi aprovado no ano passado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e sancionado em 14 de outubro pelo governador João Doria (PSDB-SP).

A aprovação do Código de Defesa da Mulher no âmbito estadual equivale à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943. A CLT surgiu como forma de o Estado regular as relações de trabalho, que até então eram praticamente regidas pela "lei do mais forte", o que deixava os trabalhadores à mercê do livre arbítrio de seus empregadores.

Da mesma maneira, o Código de Defesa da Mulher proporcionará ao poder público estadual melhores condições para erradicar, ou pelo menos diminuir drasticamente, os casos de violência doméstica no estado. Trata-se de uma chaga da qual infelizmente o Brasil ainda não se livrou em pleno século 21 e que se agrava-

com a pandemia de Covid-19. A terceira edição (2021) do relatório "Visível e Invisível - A vitimização da mulher no Brasil", elaborado pelo Datafolha para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que, assim como aconteceu em outros países, a violência doméstica, particularmente contra a mulher, aumentou no Brasil durante a pan-

demia. O relatório revela que uma em cada quatro mulheres brasileiras acima de 16 anos (cerca de 17 milhões, ou 24,4%) sofreu violência física, psicológica ou sexual em 2020. Conforme dados da pesquisa, para muitas mulheres o lar continua sendo o lugar mais perigoso, pois 48,8% das vítimas relataram que a violência mais grave vivenciada em 2021 ocorreu dentro de suas casas. A rua aparece em 19,0% dos relatos, e o trabalho vem como o terceiro local com mais incidência de violência (9,4%). O relatório mostra ainda que 72,8% dos agressores eram íntimos das vítimas: maridos ou namorados, ex-maridos, ex-namorados, pais ou filhos, padrastos ou marastros e até filhos e filhas.

Em junho de 2021, reportagem desta Folha revelou que o Brasil registrou oficialmente 1.338 casos de feminicídio em 2020 - alta de 2% em relação a 2019. E esse cenário pode ser ainda pior, pois não há padronização na coleta, análise e divulgação das informações por parte de alguns estados.

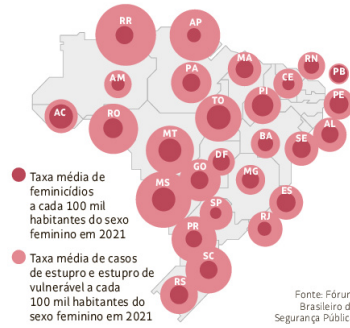
A luta contra a violência doméstica é uma bandeira de todos os cidadãos brasileiros comprometidos com a construção de um país melhor, mais democrático e tolerante. Como disse a filósofa e ativista negra feminista Angela Davis, é preciso mudar as coisas que não podemos mais aceitar em vez de aceitar as coisas que achamos que não podemos mudar.

[...]

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Infográfico sobre estupro e feminicídio publicado ontem (8), em Cotidiano

Como bombas explodindo

Fez bem a Folha em lembrar, no meio de tantas notícias sobre o conflito na Ucrânia, da guerra que não tem trégua no Brasil desde os tempos coloniais ("Brasil teve média de 1 estupro a cada 10 minutos em 2021, diz ONG", Cotidiano, 8/3). O gráfico bem simboliza os dados sobre o feminicídio ao lembrar bombas explodindo.

José Zimmermann Filho
(São Paulo, SP)

Machismo

Acho justas todas as menções contra o moleque Arthur do Val. O que me incomoda é o duplo padrão nas penalidades e as omissões em casos igualmente asquerosos. Desde aquele no qual o presidente abre as portas do país para "turismo sexual" até a pequena suspensão de um deputado que apalou dupudoradamente uma colega no plenário. Se todos esses casos não forem punidos exemplarmente, continuaremos assistindo a atos imaturos desses moleques de tempo e gravata.

Angela Luiza S. Bonardi
(São José dos Campos, SP)

Bolsonaro disse que a fala de Arthur do Val foi "asquerosa". Mas esse homem não tem moral para fazer críticas ao deputado. Durante sua vida, ofendeu inúmeras mulheres, que o digam a deputada Maria do Rosário (PT-RS) e a jornalista da Folha Patrícia Campos Mello, entre outras. O homem é um machista e demagogo.

Claudio Nunes Patrocínio
(São Paulo, SP)

Não entendi o critério adotado pela Folha para dedicar uma página inteira ao supressumo da idiotice do deputado paulista ("Não é justo que o MBL sofra consequências de um erro só meu", Política, 8/3).

Aluisio Dobes (Florianópolis, SC)

Dia Internacional da Mulher

A melhor homenagem que a Folha prestou às mulheres em sua dia internacional foi propiciada pelo Preto Zezé, que abriu seu espaço semanal no jornal para que Kalyne Lima, coordenadora do Mulheres da Cufa e copresidente nacional da Cufa, nos mostrasse a energia da favela feminina. Parabéns a todos e a todas pelo excelente artigo "Substantivo feminino" (Opinião, 8/3).

José Elias Alex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

Bolsonaro e as mulheres

"Encontro de mulheres com Bolsonaro, Arthur Lira e Paulo Guedes só tem homens convidados" (Mônica Bergamo, 8/3). Encontro que mostra o que o presidente pensa das mulheres. Podem comparecer, mas só ouvir os homens e aplaudir os bem comportadinhos. Parece até piada.

Fernando Cândido Oliveira
(Americana, SP)

Depois vem com a Micheque que- rer o voto das mulheres.

Flávia Fonseca (São Paulo, SP)

"Mulheres estão praticamente integradas à sociedade", diz Bolsonaro" (Cotidiano, 8/3). Pior de tudo é ler que "estamos auxiliando as mulheres", como se nós, homens, fôssemos bonzinhos e estivessemos fazendo um favor às mulheres.

Rafis Elias Filho (São Paulo, SP)

Mais uma fake da extrema direita. Eles tentam, da boca para fora, fingir apreço pela liberdade, pela democracia, pelos bons costumes, pela família e por Deus. Porém, como são estúpidos, dão com os burros na água! Já está claro que o que importa é a própria família, o Deus "poder", a liberdade para mentir e o apoio às mulheres... desde que estejam no lar ou na plateia.

Andréia Chaibé (São Paulo, SP)

Petróleo

"Biden proíbe importação de petróleo da Rússia como sanção à guerra na Ucrânia" (Mercado, 8/3). Parabéns, Biden! Todos nós devemos nos sacrificar para deter o assassino, ditador e corrupto do Putin, que nos ameaça com uma guerra nuclear. Ele pouco se importa com as mortes que produz.

Maurício Fernandes Figueiredo
(Florianópolis, SC)

Sim, é preciso ensinar a Putin e a qualquer outro aspirante a tirano que as consequências de uma invasão são graves. E desta vez ele não sairá impune. Que sirva de lição eterna.

José M. Salvador
(Americana, SP)

Quase todos os flagelos e guerras depois da Segunda Guerra têm a presença dos EUA. Todos os outros sofrem, mas eles posam de bonzinhos e saem fortalecidos no final. Mais mortes, mais desabastecimento, mais angústia e desespero no mundo todo. Se a Rússia é o diabo, os EUA são os donos do inferno.

Ricardo de Oliveira
(São Paulo, SP)

Defesa estratégica

Vladimir Putin colou a Ucrânia e o Ocidente num dilema difícil de ser resolvido. Se a Ucrânia não se render, como ele "propõe", a mancha de civis e destruição do país continuará. Se, ao contrário, aceitar as condições impostas pelo autocrata russo, abrirá um precedente perigoso. Quem garante que ele não repetirá a mesma estratégia em outros países vizinhos da Rússia para "assegurar a defesa estratégica do país"?

Alex Strum (São Paulo, SP)

Impostos

É exorbitante o imposto estadual que incide sobre os combustíveis. Em efeito dominó, generaliza a elevação da carga tributária nacional em todos os sentidos. É preciso disciplinar o generoso ICMS, recebido de graça pelos estados, sem nenhum esforço, o que onera sensivelmente o valor dos combustíveis. Dez por cento seria um percentual justo de ICMS, incidente na origem (refinaría).

Humberto Schwartz Soares
(Vila Velha, ES)

ERRAMOS
erramos@grupofolha.com.br

MERCADO (6.MAR., PÁG. A19) Por erro de edição, a legenda da foto que acompanhou a versão online do artigo "Para onde vai a desgraça na Ucrânia" foi publicada duas vezes no meio do texto da edição impressa.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral

(financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial)

e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mentira plantada

Bolsonaro usa potássio russo como pretexto para acelerar agenda ambiental no Congresso

Jair Bolsonaro (PL) usou os horrores da guerra na Ucrânia para tentar avançar a mineração em terras indígenas da Amazônia, uma conhecida obsessão de seu governo.

O mandatário alegou que, com a regulamentação do projeto de lei 191, de 2020, poderia diminuir a dependência nacional de fertilizantes da Rússia, como o potássio, com exportação ora suspensa.

Nessa campanha desonesta, conta com a complicidade do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para conferir urgência ao que não tem. O deputado não poupa esforços nem manobras para estourar a bolada ambiental, como propôs o então ministro Ricardo Salles na famigerada reunião do gabinete dois anos atrás.

A poderosa bancada de parlamentares ligados ao agronegócio apoia o projeto —nos piores casos, porque interessa a latifundiários e grileiros a precarização das terras indígenas. Quanto à eventual falta de fertilizantes a ser desceada pela crise ucraniana, os argumentos se mostram frágeis.

Nem sequer há evidência de jazidas significativas de potássio nos territórios cobichados. O engodo presidencial foi apontado por Raul Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo o pesquisador, dados da Agência Nacional de Mineração e do Serviço Geológico do Brasil escancararam a mendacidade de Bolsonaro na questão.

Levantamento de Rajão com Bruno Manzoli, noticiado pelo Valor

Econômico, indica que o Brasil tem reservas de potássio suficientes para abastecer o agronegócio até o final deste século. Mais que isso, dois terços das jazidas estão fora da Amazônia Legal.

Do que se encontra na região, um décimo apenas das reservas conhecidas envolve alguma superposição com terras indígenas —todas não homologadas, diga-se. Entre aquelas com reconhecimento pleno do poder público, há zero de potássio. Reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo autoriza conclusões semelhantes.

A guerra de Vladimir Putin, autocrata visitado por Bolsonaro na antevéspera da agressão à Ucrânia, não oferece justificativa nenhuma para acelerar a anuidade da mineração em terras indígenas. É mais uma mentira do presidente.

A Constituição não veda a lavra de riquezas minerais nessas áreas, mas estabelece em seu artigo 231 que, uma vez regulamentada, ela só poderá ser feita após ouvidas as comunidades afetadas. É claro o objetivo de proteger os recursos ambientais necessários ao bem-estar e a perpetuação desses povos.

Não parece plausível que, com uma legislação aprovada no Congresso, Bolsonaro vá conseguir reverter esse direito fundamental de veto fixado pela Carta.

A persistirem na ofensiva, os ruralistas mais afoitos se arriscam a colher obstáculos judiciais e abalar a reputação de seus produtos no mercado internacional.

Respiro na pandemia

Já existe fundamento para o abandono progressivo das máscaras; boa gestão deve evitar retrocesso

Crece no país o número de unidades federativas que, por boas razões, optam por flexibilizar o uso de máscaras faciais como instrumento de combate à pandemia.

No Distrito Federal, a proteção deixou de ser obrigatória em espaços abertos no início da semana. Já o estado de São Paulo deve anunciar a mesma medida nesta quarta (9). Minas Gerais delegou a decisão para os municípios, e Belo Horizonte dispensou a obrigatoriedade na última sexta (4).

Tais locais se juntam a Maranhão e Mato Grosso do Sul, num movimento que tende a ampliar-se no Brasil, a exemplo do que já ocorre em diversos países da Europa e nos Estados Unidos.

Tudo indica, afinal, que os piores momentos da onda causada pela variante ômicron ficaram para trás; a quantidade de casos, internações e mortes vem em queda constante nas últimas semanas.

Além disso, ambientes abertos e arejados, como parques e ruas, embora não estejam completamente isentos de risco, propiciam uma maior dispersão do agente causador da Covid-19, diminuindo de maneira significativa os perigos de contaminação.

Já o município do Rio de Janeiro tornou-se a primeira capital do país a abolir o uso mandatório de máscaras em todos os espaços, inclusive os fechados —o que deveria suscitar avaliação cuidadosa.

Nesses locais, em especial os mal ventilados ou com sistemas de condicionamento de ar, eleva-se a probabilidade de propagação do patógeno devido a partículas expelidas em suspensão por mais tempo.

O abandono das máscaras, portanto, deve ser por último nos ambientes que favorecem aglomerações, caso do transporte público, e naqueles de grande transparência, como as academias. Também às escolas cabem providências para mitigar o contágio.

No mais, o abrandamento das medidas restritivas precisa vir acompanhado de incentivos à imunização, como a exigência de passaporte vacinal, bem como de campanha em favor da dose de reforço, crucial contra a variante ômicron —hoje, essa proteção abarca somente 40% do público elegível.

As decisões de flexibilização respondem ao anseio pela volta da normalidade e contam com amparo técnico. Que sejam bem executadas, a fim de evitar retrocessos.



Leandro Assis e Triscia Oliveira

Uma relíquia bárbara

Hélio Schwartzman

A crise na Ucrânia produz um efeito túnel do tempo. Não pensei que veríamos mais um ditador ordenando um ataque a um país vizinho em busca de "Lebensraum" (espaço vital). Também não achei que veríamos cidadãos do gênero masculino do país invadido sendo impedidos de deixar a zona de conflito, porque são considerados soldados para o serviço militar.

Sim, indivíduos foram separados de suas famílias e podem ser obrigados a lutar, mesmo que não o desejem. No caso da Ucrânia, isso é ainda mais problemático, porque um número não desprezível dos nacionais se identifica mais com os russos que com os ucranianos. Recrutá-los à força pode significar infiltrar as forças armadas com quintas-colunas.

O serviço militar obrigatório é uma relíquia bárbara. A maioria das democracias liberais já extinguiu, mas ele segue vivo, ainda que esvaziado, em países como Ucrânia e Brasil.

A substituição do recrutamento pelo serviço profissional é obra de economistas, mais especificamen-

te do trio composto por Milton Friedman, Walter Oi e Martin Anderson. Foram eles que convenceram Nixon de que o serviço obrigatório era uma aberração ética (obrigava pessoas a fazer o que não queriam), que não fazia nenhum sentido econômico (o custo de tirar jovens de suas carreiras superava o de contratar um exército profissional) e provavelmente também não militar (voluntários tendem a render mais do que compelidos).

Um diálogo de 1970 entre Friedman e o general William Westmoreland na comissão criada para debater o assunto resume bem o clima da época. "Eu não gostaria de comandar um exército de mercenários", declarou o militar. "Então, general, o senhor prefere comandar um exército de escravos?", retorquiu o economista. A proposta de profissionalizar as forças armadas foi aprovada por uma maioria de na comissão e, um ano depois, transformada em lei, sob os auspícios de Nixon e de boa parte da esquerda.

helio@uol.com.br

Petróleo e reeleição

Bruno Boghossian

O risco de uma disparada do preço dos combustíveis produziu um ajuste na máquina eleitoral de Jair Bolsonaro. Embora defendendo o uso de armas diferentes, a ala política e a equipe econômica do governo sinalizam que alguma intervenção será necessária para conter aumentos excessivos nas bombas nos próximos meses. A campanha levou os dois lados a falarem línguas parecidas.

A reação do consórcio bolsonarista à nova alta do petróleo indica o perigo que esse grupo enxerga nas bombas de combustíveis. Símbolo do desconforto vivido pelos brasileiros nos últimos anos, a alta acentuada de preços é considerada dentro do governo uma das principais ameaças à recuperação da popularidade do presidente e à reeleição.

A guerra na Ucrânia mexeu com algumas expectativas políticas para o ano de campanha. Os últimos meses haviam dado algum alívio a Bolsonaro, com sinais difusos de bem-estar econômico se traduzindo em pontos positivos para o presidente nas pesquisas. Mas os impactos do

conflito nos preços dos alimentos e da energia devem renovar alguma insatisfação no eleitorado.

Uma pressão inflacionária atingiria grupos importantes para Bolsonaro. A comida mais cara, com a alta do trigo e dos fertilizantes, afetaria principalmente os mais pobres, recém-beneficiados com o Auxílio Brasil. A alta dos combustíveis afetaria uma classe média com inclinações bolsonaristas e grupos organizados, como os caminhoneiros. O Brasil vai atrás de fontes para compensar a limitação dos fertilizantes russos, mas o esforço de guerra mais significativo do governo está na gasolina e no diesel. Mesmo a equipe de Paulo Guedes reduziu as resistências a alguma política de congelamento temporário nas bombas.

Até aqui, Bolsonaro foi convencido a deixar no papel seus planos de interferência no setor, em nome da manutenção de uma fantasia de mercado liberal do governo. Agora, com sua sobrevivência em jogo e uma guerra como justificativa, o preço político dessa conversa mudou.

Homem médio brasileiro

Mariliz Pereira Jorge

Para quem tem boa memória, o episódio protagonizado pelo deputado estadual Arthur do Val é só um revival ainda mais grotesco do que aconteceu na Copa da Rússia, em 2018.

Torcedores brasileiros se aproveitaram da simpatia das mulheres do Leste Europeu, tão alardeada pelo membro do MBL, para abraçá-las e gritar "buceta rosa", enquanto elas sorriam sem entender o assédio que sofriam. Dias depois, mais de dez homens interromperam o trabalho de uma jornalista estrangeira aos gritos de "chupar xoxota é uma coisa linda".

Diferentemente do que aconteceu na Copa, quando os acontecimentos foram encardidos por muita gente como "brincadeiras", é um avanço que a opinião pública tenha se unido. Direita e esquerda, conservadores e progressistas entenderam a atitude do deputado como o que ele representa: misoginia, racismo e falta de decoro parlamentar.

A guerra na Ucrânia talvez tenha trazido alguma humanidade, inclusive às pessoas que tratam as mulhe-

res como cidadãs de segunda categoria. Ou nem tanto. Jair Bolsonaro, que classificou a fala de Arthur do Val como "asquerosa", disse nesta terça (8), Dia Internacional da Mulher, que estamos "praticamente integradas à sociedade".

É o mesmo Jair que disse usar dinheiro público para "comer mulher". O mesmíssimo que não estupraria uma deputada por ela ser "feia". Aquele para quem o nascimento de sua única filha foi uma fraquejada. O Jair que dança ainda ontem um funk que compara mulheres de esquadra a cadelas.

Bolsonaro e Arthur do Val são o retrato do homem médio brasileiro. A diferença entre os dois é que Bolsonaro vem de uma geração em que o machismo era não só admitido como celebrado. O segundo deu de cara com a parede de tolerância feminista construída pelos movimentos feministas que ambos desprezam. Sem os quais, os dois estariam livres para abraçar os parças e gritar "buceta rosa" ou qualquer coisa que o valha.

Ajuste fiscal justo

Sílvia Matos

Economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE)

O ano mal começou e há tantas incertezas no horizonte. A invasão da Ucrânia, além da crise humanitária, tem impactos econômicos negativos para o mundo e para o Brasil, dificultando ainda mais um debate mais organizado sobre os principais problemas a serem enfrentados pelo próximo governo. No entanto, não podemos nos esquecer desses temas e tentar contribuir com o debate, ainda mais em um ano eleitoral, que torna ainda mais difícil esse processo.

Em geral, uma das principais dificuldades enfrentadas é a existência de propostas mágicas, que encantam os políticos e a população. Uma das tarefas mais inglorias dos pesquisadores é lembrar que, em geral, "não existem métodos fáceis para resolver problemas difíceis" (René Descartes). Precisamos enfrentar os problemas complexos com muita reflexão, análise e estudos baseados na teoria e na evidência empírica, seguindo as boas práticas. Esse cenário não é exclusividade do contexto nacional, uma vez que é comum, tanto nos governos, organismos multilaterais e até na academia.

Em 2017, o governo federal solicitou ao Banco Mundial um estudo amplo dos gastos do governo, com o objetivo de "identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores".

De forma resumida, o resultado esperado foi encontrado: alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir seus objetivos de forma eficaz. Ou seja, seria possível redesenhar os programas de forma a não prejudicar o acesso e a qualidade de serviços públicos em favor dos mais pobres.

As análises do Banco Mundial são baseadas nas melhores práticas internacionais. Pelo menos no quesito de avaliação avançamos muito nos últimos anos, pois foi criado em 2019 o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap), com o objetivo de avaliação e recomendações de políticas públicas federais financiadas por subsídios e por gastos diretos. Nos ciclos de 2019 e 2020, foram feitas 30 avaliações.

No entanto, o processo está incompleto, pois é necessário sair da esfera das recomendações para o da execução, integrando o processo de avaliação com o do planejamento do ciclo orçamentário.

Em um contexto de necessidade de ajuste fiscal, é urgente definir uma governança efetiva dos gastos públicos, que possibilite que mais políticas públicas sejam modificadas ou até abolidas para abrir espaço para as boas políticas. Precisamos urgentemente conciliar ajuste fiscal com responsabilidade social, seguindo as boas práticas já estabelecidas, e sem passes de mágica.



Gasolina em refinaria privatizada na Bahia já é 27,4% mais cara do que a vendida pela Petrobras

A diferença em relação ao valor do diesel S-10 é ainda maior, 28,2%, segundo o Observatório Social da Petrobras (OSP)

Denise Luna, O Estado de S.Paulo

09 de março de 2022 | 05h00

Rio - A [gasolina](#) na Refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (Rlam), na Bahia. [vendida](#) pela [Petrobras](#) ao fundo de investimento árabe [Mubadala](#), já está custando **27,4%** a mais do que a vendida pela estatal, segundo estimativas do Observatório Social da Petrobras (OSP), organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

A diferença em relação ao valor do diesel S-10 é ainda maior, **28,2%**, informou o OSP. Os [combustíveis](#) comercializados pela refinaria baiana, privatizada em dezembro de 2021, tiveram novo reajuste no último sábado, o quinto aumento só neste ano. Mataripe tem hoje os combustíveis com os preços mais elevados do [Brasil](#), em comparação com as refinarias da estatal.

Preços em posto de combustível; concessão de subsídio temporário para tentar conter alta dos preços ganhou força no governo. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 10/9/2021

Segundo o levantamento, a gasolina na [Bahia](#) deverá ficar mais cara do que a do [Rio de Janeiro](#), que é hoje o estado com os maiores preços e o maior [ICMS](#) do País. Devido aos aumentos, a Bahia é o estado com menor defasagem em relação aos preços internacionais. No porto de Aratu, a defasagem do diesel e da gasolina hoje, 8, era de 16% e 11%, respectivamente. Já nos demais portos do País, a defasagem chega a 36% no caso do diesel e de 32% na gasolina.

“Chegamos a um momento em que a população deve decidir se seguiremos com a agenda privatista ou se manteremos os ativos estatais da Petrobras. Se o processo de privatização do parque de refino da companhia continuar, isso que está acontecendo na Bahia se ampliará para o restante do Brasil”, afirma Eric Gil Dantas, economista do OSP e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps).

Ele ressaltou que a [guerra](#) na [Ucrânia](#) acentuou o problema, mas que o encarecimento da gasolina e do diesel na Bahia já é estrutural com a privatização.

No [Golfo do México](#), que serve como referência para o Preço de Paridade de Importação (PPI), política de preços da Petrobras, o aumento do valor da gasolina foi de 15% na semana passada, informa Dantas.

“Entretanto, os custos para produzir gasolina e diesel no Brasil não mudaram. O único custo que aumentou foi o pagamento de participações governamentais. A Petrobras pode sim segurar os preços localmente sem que haja prejuízos contábeis. O último resultado, com lucro líquido de R\$ 106 bilhões e distribuição de dividendos de R\$ 100 bilhões, mostra o quanto de gordura a empresa tem para queimar”, conclui o economista.



Subsídio para conter alta dos combustíveis ganha força no governo

Reunião realizada nesta terça-feira no Planalto descartou ideia de congelamento de preços; Senado deve tentar votar nesta quarta-feira proposta que cria fundo de estabilização e muda o ICMS

Adriana Fernandes e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

08 de março de 2022 | 21h45

BRASÍLIA - A concessão de um subsídio temporário, com duração de três a seis meses, para tentar conter a alta dos **combustíveis** no Brasil ganhou força como a solução a ser adotada pelo governo em meio à crise provocada pela disparada do **petróleo**.

Reunião realizada nesta terça-feira, 8, no Palácio do Planalto terminou, porém, sem um martelo batido. Segundo fontes do governo, serão necessários mais cálculos para a definição de como esse subsídio será concedido.

A reunião contou com a presença dos ministros da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, de Minas e Energia, **Bento Albuquerque**, e da Economia, **Paulo Guedes**, além do presidente da **Petrobras**, **Joaquim Silva e Luna**, e do presidente do **Banco Central**, **Roberto Campos Neto**. E ocorreu sob o impacto de alertas que chegaram ao Planalto dando conta de uma insegurança generalizada de investidores em relação à outra proposta na mesa, a de um congelamento de preços. Por isso, a proposta de adoção de um subsídio direto acabou sendo considerada mais “palatável”. Mesmo assim fontes palacianas, que participaram da reunião, apontaram que as duas alternativas são ruins.

De um lado o congelamento tiraria a credibilidade da Petrobras e geraria prejuízo, e os administradores da empresa poderiam ser penalizados criminalmente. Por outro lado, o subsídio poderia fazer com o dinheiro para bancar o aporte desaparecesse

rapidamente, sem grande impacto, por conta da alta do preço do petróleo no mercado internacional. Ou seja, a população não seria beneficiada, apesar do custo fiscal elevado da proposta.

Meio termo

A ideia ainda é de buscar um meio termo. Há uma avaliação de que a desoneração de tributos - especialmente o **ICMS**, proposta que está em tramitação no **Senado** - pode evitar altas mais frequentes, mas a proposta enfrenta resistência dos governadores, em meio às negociações para as eleições desse ano.

Na reunião, Guedes se posicionou contrário à proposta de subsídio e insistiu que esse não é melhor caminho. O ministro da Economia se mostrou mais favorável ao congelamento de preço, juntando-se às críticas do presidente **Jair Bolsonaro** aos "lucros abusivos" da Petrobras. Mais tarde, porém, ele afirmou a jornalistas que não haverá congelamento.

De acordo com um outro ministro palaciano, está tudo em suspenso. "O que dá para dizer é que a Economia ganhou tempo e conseguiu segurar, ao menos hoje, a implantação do subsídio que não concorda". Segundo ele, a queda de braço está grande e provavelmente será o próprio Bolsonaro que vai resolver.

Entre os técnicos do governo, o ponto é definir qual seria o desenho do subsídio e como implementá-lo sem riscos de grandes perdas. Uma das propostas seria fazer um subsídio no limite do ganho extraordinário em receitas com o choque de alta do petróleo.

Votação no Senado

Com o impasse em relação ao tema, o Senado desencadeou uma estratégia para convencer o governo a não adotar nenhuma medida direta para conter o preço dos combustíveis e votar o pacote de projetos de lei pautados no plenário da Casa nesta quarta-feira, 9.

Um dos projetos cria uma conta de estabilização de preços, medida que enfrenta resistência da equipe econômica do governo. Outra proposta altera o modelo de

cobrança do ICMS, proposta rejeitada por governadores e defendida pelo ministro da Economia.

O relator das propostas, **Jean Paul Prates (PT)**, admitiu adiar a votação do projeto do ICMS e quer priorizar a conta de estabilização, medida apontada por ele como prioritária.

“Se tiver de adiar alguma coisa, adia o acessório, e não o principal”, disse o relator, defendendo a aprovação dos projetos. “O governo poderia colaborar mais se entrasse na discussão conosco. Por que esse frenesi agora de em 24 horas ter uma solução diferente demais dessa que o **Congresso** está encaminhando?”

Pressa

A medida para conter a alta dos combustíveis, porém, seja ela qual for, terá de ser adotada logo, segundo especialistas. Nesta terça, com o anúncio do presidente dos **Estados Unidos, Joe Biden**, de suspender a compra de petróleo da **Rússia**, as cotações voltaram a subir no mercado internacional. O barril do óleo tipo brent fechou o dia em alta de 3,87%, cotado a US\$ 127,98. No início da guerra na **Ucrânia**, a cotação estava em torno de US\$ 95.

A Petrobras não eleva os preços dos combustíveis desde 12 de janeiro. Com isso, a defasagem entre o preço no mercado internacional e o mercado local não para de aumentar. De acordo com cálculos da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), levando-se em conta o fechamento do petróleo na segunda-feira, essa defasagem chega a 51%, no caso do óleo diesel, e 35% na gasolina. Ou seja, será difícil para a Petrobras represar esses reajustes por muito mais tempo.

Combustível: governo avalia subsídio de R\$ 25 bi

Proposta foi discutida em reunião no Palácio do Planalto e evitaria reajustes durante período de três meses. Governadores se mobilizam contra alteração do ICMS nas bombas, que segue congelado até o fim de março

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

Em reunião ontem no Palácio do Planalto, ministros do governo Jair Bolsonaro avançaram nas negociações para criar um subsídio federal para segurar o preço dos combustíveis, diante da disparada do valor do barril de petróleo no mercado internacional. Não há, contudo, decisão até o momento, e o martelo será batido pelo presidente.

Números que circularam no Palácio do Planalto ontem apontam para um subsídio de três meses, que poderia custar cerca de R\$ 25 bilhões. Esse é o montante estimado para manter o preço dos combustíveis no atual patamar. Para isso, seria necessário editar um crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas públicas). Na segunda-feira se estimava como teto o valor que a Petrobras repassará à União em dividendos como subsídios, R\$ 37 bilhões.

Para integrantes do Executivo, será necessário subsídio temporário para segurar o preço dos combustíveis, mesmo que não seja suficiente para reduzir o preço na bomba (apenas evitar uma disparada).

O Ministério da Economia ainda resiste a criar subsídio para os combustíveis, e defende a redução de impostos federais sobre o diesel e mudanças na cobrança do ICMS, imposto estadual. O Senado pode votar nesta semana um projeto que trata do assunto, e a tendência do governo é esperar a aprovação dessa proposta antes

de apresentar medida concreta para os combustíveis.

A Petrobras reajusta seus preços seguindo a variação do dólar e o preço do barril de petróleo, política que é considerada um dos pilares de atuação da empresa, mas se tornou alvo de críticas por Bolsonaro e membros do Congresso Nacional. A revisão da política de

preços da estatal deixou de ser tabu e já é discutida abertamente no governo. Ainda há setores do governo e do Congresso que defendem o congelamento dos preços, mas a alternativa tem perdido força.

— Não vai ter congelamento, esquece esse troço — afirmou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A estatal não reajusta o preço dos combustíveis há mais de 50 dias e, no último aumento, o barril de petróleo estava na casa de US\$ 80. Agora o valor do barril supera US\$ 130. Há, portanto, um descasamento entre os preços do mercado internacional e os valores cobrados na bomba.

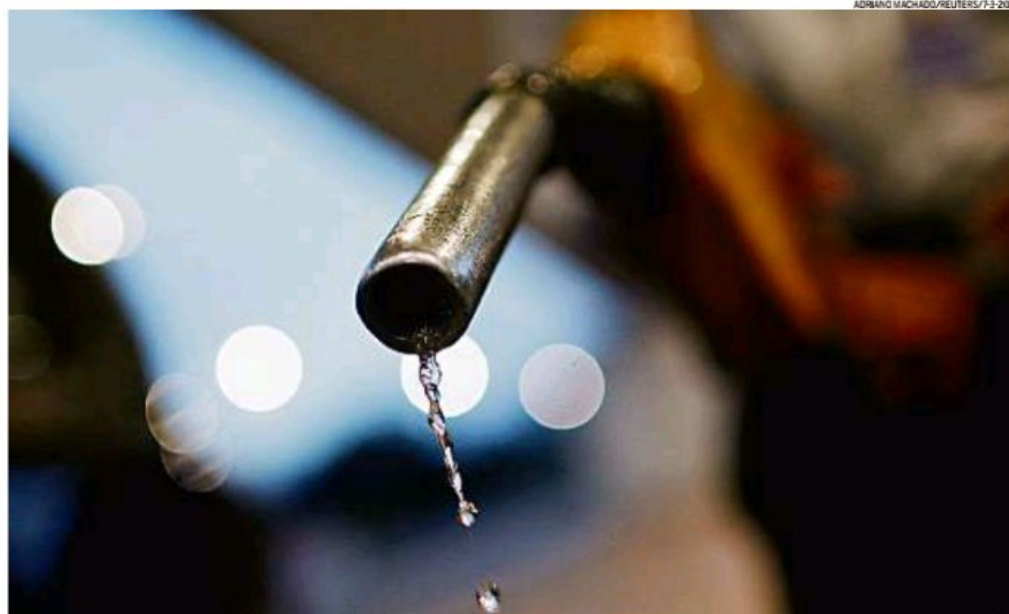
O preço da Petrobras,

Joaquim Silva e Luna, participou da reunião sobre o tema, que durou toda a tarde, com os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira; da Economia, Paulo Guedes; de Minas e Energia, Bento Albuquerque; e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

A criação de um subsídio remete à política concebida pelo governo Michel Temer, em 2018, em resposta à greve dos caminhoneiros. Naquele ano, o Tesouro desembolsou R\$ 6,8 bilhões para ressarcir a Petrobras e os agentes por vender diesel R\$ 0,30 mais barato em relação ao preço de referência.

ARTICULAÇÃO DOS ESTADOS

Ontem os estados informaram que vão intensificar a articulação no Senado para barrar a votação do projeto de lei complementar (PLP 11), que mexe nas alíquotas do ICMS dos combustíveis. A estratégia dos governos locais é tentar aprovar só o projeto 1472, no Senado, que cria uma espécie de fundo para equilibrar preços em momentos de forte flutuação na cotação do petróleo. A votação entre os senadores pode influenciar a decisão dos governadores de prorrogar ou não o congelamento do ICMS sobre os combustíveis, previsto para acabar em 31 de março.



Alternativa. Com subsídio temporário de R\$ 25 bilhões, avaliação é que seria possível segurar preço na bomba: mudança seria feita com crédito extraordinário

Congelamento poderia levar a desabastecimento, diz setor

Especialistas temem que refinarias privatizadas prefiram exportar produtos

BRASÍLIA

A possibilidade de congelamento dos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras, em discussão no governo Jair Bolsonaro, levantou o temor entre executivos do setor de petróleo e técnicos do Ministério de Minas e Energia

(MME) de desabastecimento de gasolina, diesel e gás de cozinha.

O principal temor no mercado é em relação ao óleo diesel, combustível com maior volume de importação. Esse cenário reforça os argumentos de integrantes do governo em defesa de um subsídio temporário para o

preço dos combustíveis, no lugar de apenas segurar o preço da Petrobras. Hoje, a estatal pratica o que é chamado de paridade de preço internacional, que leva em consideração os valores do barril de petróleo e do dólar para definir o preço dos combustíveis no mercado interno. Essa política é alvo

agora do governo Bolsonaro e do Congresso.

As sanções à Rússia causadas pela invasão na Ucrânia estão fazendo o barril de petróleo disparar, abrindo a possibilidade de reajustes de mais de 20% nos preços de combustíveis no mercado interno.

Em almoço ontem na Frente Parlamentar do Empreendedorismo, o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Eberaldo de Almeida Neto, alertou para o risco do congelamento de preços e disse que a capacidade de refino brasileiro já está no limite. A possibilidade de aumentar a produção nacional, portanto, não existe.

— Praticar preços do mercado é condição para o abastecimento. O desbalanço de preços desincentiva a importação. Ninguém vai comprar mais caro para vender mais barato — disse.

Almeida Neto afirmou que a utilização da capacidade nas refinarias hoje é superior a 90%, maior que toda a média histórica. Segundo ele, ninguém investe em refino no Brasil porque sempre há um risco de tabelamento.

O risco ao abastecimento interno é levantado por importadores, distribuidores e técnicos do governo ouvidos pelo GLOBO. Atualmente, a Petrobras é responsável por 80% do

mercado nacional de combustíveis e praticamente não importa o produto. O restante é importado, seja por grandes distribuidoras de combustíveis (responsáveis por metade do mercado) ou importadores que abastecem pequenos postos. A Petrobras, sozinha, não garante o abastecimento.

Além disso, o congelamento pode levar a recém privatizada Refinaria de Mataripe (ex-Rlam), na Bahia, controlada pela Acelen, braço do fundo de investimento árabe Mubadala, a exportar em vez de abastecer o mercado interno. Ela é hoje responsável por 12% do mercado nacional de combustíveis. (Manoel Ventura)

Petrobras quer usar crise para diversificar exportações na Europa

Estatual tem excedente de 500 mil a 600 mil barris diários. China é atualmente o maior destino para vendas ao exterior

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A Petrobras já vem recebendo diversas consultas para exportar petróleo para países europeus, grupo que hoje responde por apenas 15% dos embarques, atrás da América Latina (23%) e China (38%). A estatal tem um volume excedente de 500 mil a 600 mil barris diários de petróleo.

De acordo com fontes do setor, a Petrobras já trabalha com algumas alternativas como aumentar a exportação de seu petróleo do pré-sal — que tem baixo teor de enxofre, e é considerado de boa qualidade no mercado internacional por ser mais “leve” — para a Europa, e importar petróleo mais barato, com alto teor de enxofre, tido como “mais pesado”.

Assim, explicou essa fonte na estatal, a ideia é garantir o abastecimento do mercado interno e permitir um ganho financeiro neste momento, mas dentro dos limites técnicos e de segurança operacional da estatal.

Esse executivo lembrou também que as negociações

estão ocorrendo de forma diária e são feitas com base no preço de mercado (*spot*). Por isso, uma das alternativas seria deslocar parte do petróleo que iria para EUA e China, mas “de forma cautelosa”. Os EUA representam 9% dos embarques de petróleo da Petrobras.

Como as conversas ainda estão em andamento, a companhia mantém as negociações em aberto, observando as consequências para o mercado caso os Estados Unidos voltem a comprar petróleo de países como Venezuela e Irã.

A estatal analisa ainda se há risco de a China passar a comprar mais petróleo da Rússia. Além da China, outros países da Ásia compram 15% do petróleo da Petrobras. Segundo essa fonte, o mercado pode passar por “grandes mudanças a curto prazo”.

38%

do petróleo

Esse é o percentual da exportação de óleo da Petrobras que é vendida para a China

Outra preocupação do alto escalão da Petrobras é o volume de importação de petróleo, GNL (gás natural liquefeito, em estado líquido) e óleo combustível. De acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os EUA são um dos principais fornecedores energéticos do Brasil, respondendo por cerca de metade do GNL e óleo combustível comprados pelo Brasil, além de ser o segundo maior exportador de petróleo para cá, atrás da Arábia Saudita.

PRÉ-SAL PARA EXPORTAR

Essa fonte destacou que “todo o cenário será levado em conta” antes de movimentos maiores. A fonte lembrou que o período entre a compra e a entrega de petróleo leva cerca de 60 dias. Dentro da estatal, uma corrente acredita que este pode ser o momento ideal para que a companhia diversifique suas exportações, hoje concentradas na Ásia.

Por isso, a companhia vai usar os campos de pré-sal, que são considerados de boa qualidade no mercado internacional, para diversifi-



Contato. Empresa tem sido sondada por interessados no petróleo brasileiro diante das restrições ao óleo russo

car os destinos de exportação, frisou a fonte. Esse executivo lembrou que os campos usados para exportação são, principalmente, os de Búzios, Atapu e Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos.

Segundo essa fonte, a estratégia é que o desenvolvimento de novos mercados para o petróleo do pré-sal seja um fator “para o aumento da geração de valor nas exportações de petróleo”. Assim, explicou a fonte, é possível buscar mercados que pagam mais pelo petróleo.

Em 2021, as exportações de petróleo e derivados da Petrobras somaram cerca de 811 mil barris por dia, uma queda de 15% em relação ao ano anterior devido à maior demanda no Brasil e à redução na produção nacional por conta de paradas programadas. Os embarques somam cerca de 30%

da produção total da estatal, que chegou a 2,7 bilhões de barris no ano passado.

Segundo Marcio Balthazar, sócio da consultoria NatGas Economics, a Europa já está se movimentando e buscando novos fornecedores. Para ele, os países não vão simplesmente cortar o fornecimento da Rússia sem ter uma boa alternativa na mesa:

—A Europa está buscando diversificação para ampliar sua capacidade de importação. E por isso os países exportadores entram na mira.

ALTA DE VENDAS AO EXTERIOR

Segundo a AEB, a China é o principal destino de petróleo bruto brasileiro (o que inclui todas as petroleiras), somando 41,4% do total. Em seguida aparecem EUA (12,1%), Chile (7,6%), Espanha (7,1%), Portugal (7%) e Coreia do Sul (6,9%), com dados de feverei-

ro, o último disponível.

—Nos dois primeiros meses deste ano, a exportação de petróleo do Brasil em volume subiu 40%. O mesmo ocorreu com óleo combustível, cujo volume embarcado teve alta de 224%. E isso tudo ocorreu em um momento de alta nos preços, cuja tendência é de aumento. Teoricamente, o aumento nos preços traz oportunidades de mercado com os possíveis embargos — disse José Augusto de Castro, presidente-executivo da AEB.

Em nota, a Petrobras disse “que o excedente de petróleo exportável da Petrobras está na média de 500 mil a 600 mil barris/dia. A Petrobras atua globalmente buscando sempre os mercados que valorizem os seus óleos”. Lembrou que “até o momento” o portfólio de compradores da estatal permanece similar ao historicamente observado.

Restrição pode afetar importação de gás pelo Brasil

Compras do produto em estado líquido sobem 42% no primeiro bimestre. Analista prevê alta de até 70% no preço ao consumidor

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A escalada global do bloqueio ao gás russo ocorre em um momento em que o Brasil está cada vez mais dependente do GNL (gás natural liquefeito, em estado líquido) importado.

Após enfrentar a maior crise hídrica dos últimos 91 anos, as importações de GNL subiram 187% entre 2020 e 2021 para abastecer, sobretudo, as termelétricas. O total passou de 8 milhões de metros cúbicos por dia para 23 milhões de metros cúbicos diários. O volume já responde por 27% do total de gás consumido no país, segundo dados da Petrobras.

No primeiro bimestre, o volume de importação de

GNL subiu 42%, de acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). No período, os preços subiram 260%. EUA, Bolívia, Qatar, Trinidad e Tobago, Nigéria e Reino Unido são os que mais vendem GNL para o Brasil.

Analistas destacaram a informação dada pela Comissão Europeia, de que o gás produzido por países como EUA e Qatar poderá substituir ainda este ano mais de um terço do volume importado de empresas russas. Hoje, 40% do gás consumido na Europa têm origem russa. Nos EUA, que anunciou ontem o bloqueio de gás da Rússia, o índice é de 8%.

Para especialistas, a situação do Brasil não é confortável.

Para Rivaldo Moreira, presidente da consultoria Gas Energy, o embargo vai afetar o Brasil tanto com o valor do gás encanado, já que os contratos são atrelados aos preços internacionais e ao petróleo, como da energia elétrica, já que algumas termelétricas têm o preço do gás atrelado ao valor de mercado do GNL.

DISPUTA GLOBAL POR GNL

Segundo Moreira, haverá uma maior disputa pelo GNL mundo afora, o que vai impactar ainda mais os preços de grandes compradores como os de África e Ásia.

—Somos importadores de GNL e vamos brigar agora por esse preço maior porque a Europa vai pagar mais



Foto. Terminal de regaseificação de GNL: produto responde por 27% do consumo

e a carga segue o preço maior. Isso vai elevar o custo da energia e do gás.

Moreira lembra, no entanto, que, além da importação da Bolívia, há previsão de que a Rota 3 (gasoduto da

Petrobras que vai ligar campos do pré-sal à costa do Rio de Janeiro) entre em operação ainda esse ano.

—O mercado vai ficar ainda mais apertado, porque o GNL depende de infraestrut

tura. A situação no Brasil não é confortável.

Segundo o consultor Bruno Armbrust, da ARM consultoria, o Brasil pode ter aumentos acumulados de 70% no preço do gás encanado até agosto deste ano. Além disso, ele lembra que a produção de gás no país, associada ao volume da importação da Bolívia, só permite atender ao mercado convencional e a um pequeno volume de térmicas:

—Mas se houver uma necessidade de maior uso de gás para as térmicas por conta da crise hídrica, a importação é necessária.

Por isso, ele diz que é essencial investir mais em infraestrutura para o gás do pré-sal:

—Temos que pensar no longo prazo. Hoje, os EUA são autossuficientes em gás por conta da *shale gas* e estão em uma situação mais confortável, mas nós não. Esse salto nos preços recentes vai aumentar e chegar no preço do gás canalizado em maio.

ENTREVISTA

Edmar Almeida, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ENERGIA DA PUC-RIO

'A ENERGIA É UMA DAS ARMAS DESTA GUERRA'

BRUNO ROSA, bruno.rosa@oglobo.com.br

Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, diz que a invasão da Ucrânia pela Rússia já se tornou uma guerra econômica. E o Brasil, além dos preços em alta, pode sofrer com desabastecimento a depender das decisões do governo.

Como o início das sanções na

área de energia anunciadas por EUA e Reino Unido pode afetar o Brasil?

Nenhum país vai sair ileso porque a questão da energia está se tornando uma das armas desta guerra na Ucrânia. Os Estados Unidos proibiram a importação de petróleo, gás e carvão da Rússia. O Reino Unido vai parar de com-

prar petróleo até o fim de 2022. A Rússia, por sua vez, está ameaçando cortar o gás que fornece para a Europa. Ou seja, o conflito está se tornando uma guerra econômica. E isso vai afetar a economia mundial. O vetor inicial são os preços de combustíveis e energia. E, a depender de que fizermos, a segurança de abastecimento pode estar ameaçada também.

Mas por que poderíamos ter um desabastecimento?

Se o governo brasileiro intervier no mercado de forma equivocada, pode inviabilizar a participação de vários fornecedores (importadores) no Bra-

sil. Hoje, a Petrobras não controla mais toda a logística para o suprimento nacional, como gasolina e diesel. Então, a solução clássica de usar a Petrobras para tudo não resolve mais. E ao usar a estatal você pode criar outro problema. É não adianta, do ponto de vista político, mesmo com a proximidade das eleições, ter ilusão de que qualquer mecanismo vai blindar o Brasil, pois estamos em um período de guerra. O que podemos tentar é mitigar o problema.

Mas como fazer isso?

A maneira mais evidente é a questão dos impostos. É intolerável que o governo

queira aumentar a arrecadação com os combustíveis em um momento como esse.

Alguns analistas já falam em petróleo a US\$ 200. Tem limite?

O preço não tem limite nem teto. Quando tem proibição no comércio ou problemas com navios, o funcionamento do mercado é ameaçado. Tem que ocorrer uma cooperação global. Então, primeiro é gerada uma inflação e isso pode levar a economia para a recessão. O Brasil, por exemplo, importa fertilizantes, e as exportações russas já foram suspensas. Como vai ficar a safra do ano que vem? O Brasil é importador de gás e deri-

vados. Se a Europa deixar de comprar gás e petróleo da Rússia, começa a disputar com o Brasil. Do ponto de vista econômico já é uma guerra mundial. Apesar de não estarem se envolvendo militarmente, os países usam a economia como arma.

Mas a produção de petróleo no Brasil não consegue atender?

A produção do Brasil não será afetada, mas infelizmente somos dependentes de importação de combustíveis, principalmente diesel. A Petrobras não investiu em mais refinarias nem empresas privadas por causa da eterna política de preços da estatal.

Opinião do GLOBO

Não existe saída fácil para a alta dos combustíveis

Deixar a conta para os acionistas da Petrobras, como parece querer Bolsonaro, é a pior alternativa

A história do controle de preços no Brasil é uma tragédia — das cenas patéticas dos fiscais do Sarney correndo atrás de gado no pasto ao descalabro que quase levou a Petrobras à bancarrota nos tempos de Dilma Rousseff. Só o passado já recomendaria uma reflexão profunda antes de qualquer decisão sobre controlar o preço dos combustíveis para compensar a alta do petróleo resultante da invasão russa à Ucrânia.

É compreensível que qualquer governante sinta essa tentação. O diesel mais caro aumenta o custo dos fretes; esse aumento é repassado aos produtos transportados; e produtos mais caros alimentam uma inflação já alta. O francês Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do FMI hoje no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), defendeu em fevereiro a adoção de subsídios e isenção de impostos para tentar frear o preço dos combustíveis. Segundo ele, o impacto do aumento na inflação ascendente poderia erodir a confiança nos bancos centrais e provocar uma recessão mais séria.

Japão e Portugal estão entre os países que já anunciaram subsídio para redu-

zir o custo da gasolina na bomba. Os Estados Unidos estudam medidas similares. O problema desse tipo de intervenção, como o próprio Blanchard reconheceu mais tarde, é que ela pode se revelar inócua. O preço artificialmente baixo acaba por incentivar o uso de carros, ônibus e caminhões, aumentando a demanda e exercendo pressão ainda maior nos preços. Isso num momento em que todo o planeta precisa conter o consumo de combustíveis fósseis para deter as mudanças climáticas.

No Brasil, a Petrobras não reajusta preços há mais de 50 dias. A diferença entre os valores cobrados no mercado local e no internacional passou de 40%. Mantida essa situação, o risco é o desabastecimento. Tanto a Petrobras quanto as refinarias privadas veriam vantagem em vender no exterior por um preço mais alto. Se forçadas a vender aqui, as privadas poderiam desistir de operar no país.

Populistas em diferentes posições no espectro político costumam jogar para a plateia com bobagens do tipo “se temos petróleo, por que pagar o preço internacional?”. O presidente Jair Bolsonaro parece disposto a seguir adiante com o plano de segurar os preços e dei-

xar a conta para os acionistas da Petrobras. Seria mais um erro trágico. Foi com esse raciocínio que o PT, sob Dilma, levou a empresa a um prejuízo de US\$ 40 bilhões e a um endividamento recorde, que inibiu investimentos futuros e prejudicou toda a indústria ao redor. Reerguer a empresa exigiu anos de trabalho. Repetir o erro criaria distorções no mercado e incertezas para acionistas e investidores sobre a seriedade das regras de negócios no Brasil. O custo recairia sobre todo o país.

É inevitável que qualquer política de preços adotada acabe contaminada pelo componente eleitoral. Bolsonaro não desistirá de intervir. Mas poderia ao menos seguir a sugestão de economistas sérios como Blanchard: em vez de afundar a Petrobras, todo subsídio deveria ser pago pelo Tesouro, com a devida anuência do Congresso, que deveria apontar a origem dos recursos para pagá-lo. O custo, estimado em R\$ 12 bilhões por mês, poderia até caber na folga fiscal gerada com a alta na arrecadação (de 18% em janeiro, na comparação com 2021). É assim que deveria funcionar numa democracia. Se dar certo no mercado às voltas com o choque do petróleo, é outra história.

Bolsonaro sofre para montar palanque na Bahia

Aliados do presidente discutem a possibilidade de João Roma migrar para o PL para se lançar candidato ao governo

JULIA LINDNER
julia.lindner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Aliados do presidente Jair Bolsonaro tentam solucionar o impasse que, até o momento, o deixa sem palanque na Bahia, quarto maior colégio eleitoral do país. A possibilidade de lançar o ministro João Roma (Cidadania) como candidato a governador, defendida pelo próprio presidente, enfrenta resistência no Republicanos.

Uma das alternativas

aventadas na equipe de campanha de Bolsonaro é incentivar a candidatura do atual vice-governador do estado, João Leão, que é filiado ao PP, sigla aliado do Palácio do Planalto. Mas Leão ainda não está decidido se vai entrar na disputa.

O vice-governador esteve em Brasília nesta semana para discutir o assunto com o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), seu correligionário, que atua como um dos principais coordena-

res da campanha de Bolsonaro à reeleição. Os dois devem voltar a se reunir hoje.

Atualmente, Leão e o PP fazem parte de uma aliança com o PT na Bahia, que foi colocada em xeque nos últimos dias. Diante da desistência dos senadores Jaques Wagner (PT) e Otto Alencar (PSD) na disputa estadual, ele esperava ser o sucessor natural do grupo para a vaga, mas isso não aconteceu. Um dos cotados é o secretário estadual de Educação,

Jerônimo Rodrigues (PT). O episódio fez com que Leão cogitasse levar o partido para outro rumo.

Ao mesmo tempo em que mantém as conversas com Nogueira, Leão tem conversado com o governador Rui Costa (PT) e ainda quer se encontrar com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O apoio do PP na Bahia, neste momento, é considerado decisivo.

Outra possibilidade aventada para solucionar o pro-

blema de Bolsonaro seria de João Roma se filiar ao PL para disputar o governo da Bahia, mas isso geraria uma crise não só com o Republicanos, como no partido.

O presidente do PL na Bahia, José Carlos Araújo, afirmou a aliados que deixará a legenda se Roma se filiar. O dirigente é aliado do ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União), que tentará se eleger governador.

O próprio Roma tem demonstrado preferência em se-

guir no partido e disputar uma vaga ao Senado, mas, se for realmente necessário, deve entrar na disputa por Bolsonaro.

O cenário mais confortável para o presidente da República seria contar com o palanque de ACM Neto, que tem rejeitado o apoio.

Em entrevista ao GLOBO, nomês passado, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) expôs a situação:

—Se dependesse de nós haveria ali uma composição com o ACM Neto, até porque, entre as opções na Bahia, é o que está menos distante de Bolsonaro. Seria uma boa aliança, só que equivocadamente o ACM Neto entende que o Bolsonaro puxa ele para baixo na questão de votos.

Senado tenta votar hoje pacote de combustíveis

Votação depende de negociações finais entre a Casa e Paulo Guedes

Por Renan Truffi — De Brasília

09/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Senado deve tentar votar hoje dois projetos que buscam solucionar a alta dos preços dos combustíveis. A apreciação do “pacote”, no entanto, ainda depende de negociações finais entre a Casa e o ministro da Economia, Paulo Guedes - o que está previsto para acontecer hoje de manhã. Partidos de centro, como o PSDB, resistem à mudança na política de preços da Petrobras, proposta que consta no bojo do projeto de lei 1472, de 2021, e desagrada principalmente a equipe econômica. Mas até mesmo legendas da base aliada, como o PL, já admitem apoiar as propostas.

Além do PL 1472, que estabelece um sistema de equalização de tarifas, o chamado “pacote de combustíveis” é formado pelo projeto de lei complementar (PLP) 11, de 2020, que trata de alterar a cobrança monofásica do ICMS sobre os combustíveis. Num movimento que contraria o Ministério da Economia, no entanto, o relator das propostas, senador Jean Paul Prates (PT-RN), está articulando para garantir que o primeiro tenha preferência sobre o segundo. Ontem, Prates chegou a pedir que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), invertesse a ordem da pauta de votações.

Diante das divergências, está previsto um encontro, na manhã de hoje, entre Pacheco, o senador do PT e o ministro Paulo Guedes. “O governo quer exatamente o contrário do que eu quero. Querem priorizar o acessório [PLP 11] e não o principal [PL 1472]. Se tiver que adiar alguma coisa, adia o PLP. Eu acho que eles [Ministério da Economia] estão começando a entender que existem várias ondas [a favor dos projetos]”, argumentou Prates.

A divergência opõe também os partidos de centro do Senado. O líder do PSDB na Casa, Izalci Lucas (DF), admitiu ao **Valor** que o consenso na bancada, formada por seis senadores, é maior em relação às mudanças no ICMS. Já o PL 1472, explicou o parlamentar, pode não ter o mesmo apoio.

O líder do PL, senador Carlos Portinho (RJ), por sua vez, garantiu que vai encaminhar a favor de ambas as propostas, mesmo que o Executivo esteja negociando a criação de um programa de subsídios para os combustíveis. Na avaliação dele, o Palácio deveria “esperar” os senadores antes de tomar qualquer decisão.

Além disso, Jean Paul assegurou ontem que não pretende fazer “mudanças estruturais” em seu texto final. “O que eu vi ali [nas emendas] é que não tem nada de estrutural. Não tem grande coisa de mérito”, disse.

Uma das emendas apresentadas é a da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que sugere reduzir os impostos federais que incidem sobre o querosene de aviação até 31 de dezembro deste ano. Como a senadora integra a base aliada e é próxima do Palácio do Planalto, a proposta está sendo vista, nos bastidores, como um texto governista. A ideia, no entanto, vai contra o que defende a equipe econômica. A emenda dela diz, por exemplo, que os valores das contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins ficam reduzidos a R\$ 0,48 e R\$ 2,25, por metro cúbico de querosene de aviação, até o fim do ano de 2022.

Apesar disso, a tendência, por enquanto, é que a emenda seja rejeitada pelo relator do pacote.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Curso online p/ Concurso Prefeitura de Carmo/RJ - Orientador Social (Pós-Edital) | Gran Cursos Online

12x de R\$24,99

GRAN CURSOS

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador

Economistas fazem ressalvas a congelamento de combustível

Adiamento da inflação, como no governo Dilma, é uma das preocupações

Por Anais Fernandes e Marsílea Gombata — De São Paulo

09/03/2022 05h03 · Atualizado há 5 horas



Andrea Damico: “Estamos no olho do furacão. Se amanhã tiver algum tipo de acordo de paz ou cessar-fogo, o preço do petróleo vai cair muito” — Foto: Claudio Belli/Valor

Economistas veem com ressalvas a ideia do governo de congelar preços dos combustíveis em meio às pressões adicionais da guerra entre Rússia e Ucrânia sobre o petróleo. Existe o temor de que a medida apenas adiará a inflação, como aconteceu após controles impostos no governo de Dilma Rousseff, comprometendo expectativas de inflação e embaralhando a política monetária.

Mas há também o reconhecimento de que, se a medida for explicitamente temporária e combinada a outras iniciativas, pode ser válida, considerando que o choque de preços ao consumidor será muito forte caso a commodity permaneça nos níveis atuais por mais tempo.

“Não apoio muito essas medidas porque no passado não funcionaram, só geraram ambiente de maior incerteza e obrigaram a transferir a inflação do presente para o futuro. Isso complica expectativa de inflação, previsões e sobrecarrega a estratégia de política monetária”, afirma André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Com a inflação postergada, a meta do ano que vem ficaria comprometida, desalinhando a política monetária, diz ele. “Vai aumentar juros para convergir na meta do ano que vem, quando haverá um impacto desse reajuste [que foi adiado], o que faz com que a meta nunca seja batida.”

O momento é atípico, com grande volatilidade, mas a valorização recente do real, talvez, ajude a mitigar a magnitude desse ajuste, diz Braz. “É importante não sobrecarregar a Petrobras, uma empresa de economia mista, que também tem acionistas”, afirma.

O economista revisou suas projeções de IPCA para 6,2% em 2022 e 4,2% em 2023. As metas de inflação são de 3,5% para este ano e 3,25% no próximo, com tetos de 5% e 4,75%, pela ordem.

“Algumas medidas extremas podem ser necessárias em casos atípicos para mitigar esses impactos na economia. Mas uma estratégia não significa ausência de aumento [de preços]”, diz Braz.

Andrea Damico, sócia e economista-chefe da Armor Capital, também diz que a Petrobras não pode ficar sem reajuste algum. Antes da guerra, a defasagem entre preços internacionais e os praticados pela estatal já estava em 10% a 15%, aponta ela. Ontem, rodaram em torno de 45%. Considerando o petróleo e o câmbio do período - um barril se aproximando de US\$ 130 e taxa perto de R\$ 5,10/dólar -, zerar essa defasagem traria cerca de

mais um ponto percentual para a inflação, segundo estimativas de Damico. Ela já vê um IPCA de 6,8% em 2022.

Uma “solução salomônica”, diz a economista, poderia ser manter a defasagem nos 15% anteriores. Restariam 30%, que poderiam ser cobertos metade por reajuste da Petrobras e a outra metade pelo governo. Ainda assim, Damico tem a avaliação de que seria melhor esperar um pouco, antes de tomar uma decisão de subsídio, para ver em que nível o preço do petróleo pode se estabilizar. “Estamos no olho do furacão. Se amanhã tiver algum tipo de acordo de paz ou cessar-fogo, o petróleo vai cair muito, ainda que não volte para menos de US\$ 100. Mas esses 15% de reajuste a Petrobras tinha que ter, porque acho que já dá para saber que o petróleo não retorna ao patamar pré-guerra”, diz ela.

Governo e Congresso têm discutido outras frentes de atuação. Dado o caixa bastante volumoso do Estado, a mudança na forma de cálculo do ICMS sobre combustíveis, por exemplo, parece razoável, diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. O alcance da medida, porém, não seria suficiente para neutralizar completamente as pressões altistas, observa ele, que projeta um IPCA de 5,8% em 2022.

A desoneração federal de PIS/Cofins, diz Secemski, poderia complementar o alívio ao diesel, mas não abarcaria a gasolina, de acordo com a proposta apresentada ao Senado. “Uma solução possível é a combinação das várias iniciativas, aquelas em discussão no Senado (ICMS e PIS/Cofins) a um possível congelamento temporário, desde que com custo e duração claramente estabelecidos”, afirma.

Caso caiba ao Tesouro cobrir essa diferença de preços, seria melhor ter isso negociado com a aprovação de um crédito extraordinário específico do que com a abertura de um espaço ilimitado resultante de eventual decreto de estado de calamidade, aponta o economista do Barclays.

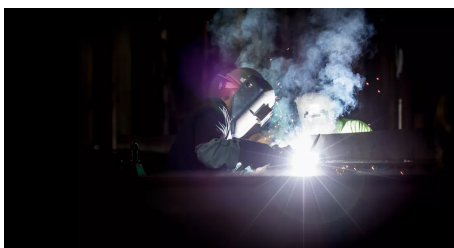
“O rol de possibilidades é muito amplo para sabermos o custo fiscal até que haja clareza nos planos. Mas, ao meu ver, a pior opção seria um cheque em branco dado por um possível decreto de calamidade pública”, diz ele. Tal incerteza fiscal, segundo

Secemski, poderia se traduzir em aumento dos prêmios de risco e dificultar a condução da política monetária, exigindo uma resposta mais forte por parte do Banco Central.

Embora o Brasil não possa se dar ao luxo de aumentar gastos ou abrir mão de receita, com o superávit primário e o aumento da arrecadação recentes, se tem um momento nos últimos oito anos em que há alguma folga para se pensar em mitigar preços, é agora, diz Marcos Casarin, da Oxford Economics. “Fiscalmente, o momento não é dos piores. Algum espaço existe, mas a maneira de usá-lo vai depender do poder de manobra [do governo] no Congresso”, diz.

A alta recente do petróleo é tão violenta que “causaria dano muito grande ao contribuinte”, segundo ele, que já espera um IPCA de 6,7% em 2022. Casarin, que é economista-chefe para América Latina da consultoria, lembra que outros países da região, como México, Colômbia, Peru e Chile, intervêm nos preços de combustíveis e têm fundo de estabilização. “É natural esperar que, em um momento em que o preço do petróleo dobra em questão de meses, se use algum mecanismo de política econômica para suavizar o efeito ao consumidor final”, conclui.

Mais do Valor **Econômico**



Indústria está 3,5% abaixo do pré-pandemia e janeiro mostra perda de dinamismo, diz IBGE

Primeiro mês de 2021 mostra perfil disseminado de queda, segundo o instituto

09/03/2022 10:12 — Em Brasil

Heineken suspende operação na Rússia

Empresa vai interromper o fluxo de dinheiro, pagamento de royalties e dividendos ligados a operação no país

Governo busca saída eleitoral para escalada do petróleo

Há opções técnicas razoáveis para o novo choque do petróleo, mas é inútil esperá-las de Bolsonaro

09/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

A economia global encarou em pouco tempo dois choques de extraordinária potência - depois da covid-19, uma guerra em solo europeu, envolvendo Rússia, a agressora, e Ucrânia. Se o primeiro choque provocou uma depressão nas atividades econômicas, o segundo lançou os preços reais do petróleo perto do recorde (US\$ 129 o barril ontem), enquanto os da energia e commodities alimentares, como trigo e soja, seguem rota análoga. Não há um bom caminho para escapar dessa escalada a curto prazo.

A pandemia foi enfrentada com extraordinários estímulos fiscais e monetários. Os megachques do petróleo, agora, o serão com mais política fiscal e a recalibragem provisória da elevação dos juros nos países desenvolvidos, em especial Estados Unidos e Europa. O Fundo Monetário Internacional sugeriu expressamente o uso da arma fiscal para amparar os mais pobres, cujo orçamento tem gasto maior com combustíveis e alimentos.

No curto prazo, os governos ricos, mesmo os muito endividados, como Japão e Itália, estão cortando impostos ou concedendo subsídios diretos porque a majoração dos preços de petróleo e derivados, sem substitutos no curto prazo, explodiu com a invasão da Ucrânia pela Rússia. A conta dessas medidas para eles é ainda suave. Para financiar déficits adicionais, as principais economias ocidentais ainda pagam juros reais negativos.

É impossível prever a duração do conflito e seu desenvolvimento. Entre as certezas está a de que a inflação, que já era a maior em 40 anos na

Europa e EUA, ganhou novo ímpeto, enquanto que o nível de atividades, não normalizado por problemas nas cadeias de suprimentos e elevação geral de custos de fretes, tem agora um viés de baixa. Para o Brasil, as turbulências não devem ser asfixiantes pelo canal financeiro e o ciclo de alta das commodities, estacionadas perto do pico, será benéfica aos exportadores. Ainda assim, o cenário se deteriorou rapidamente.

O novo abalo violento de oferta, se durar alguns meses, terá efeitos muito ruins sobre uma inflação já alta. O abastecimento de fertilizantes está ameaçado em nível crítico para a próxima safra, se os embargos múltiplos à Rússia, um dos maiores exportadores mundiais desses produtos, se prolongarem. Após uma seca que jogou para o alto o preço dos alimentos, outra redução da disponibilidade é grande ameaça. O Brasil importa cerca de 80% dos fertilizantes e fátia semelhante do trigo que consome - um fogo cruzado inflacionário óbvio.

Em 2021, os aumentos combinados de petróleo, alimentos e energia elétrica somaram 8 pontos percentuais de um IPCA de 10,06%. Os analistas esperavam que a inflação pudesse se reduzir a pouco mais da metade antes da guerra na Ucrânia. Agora, as expectativas voltaram a se deteriorar. A disparada do petróleo acrescentou urgência à adoção de medidas, mesmo as pouco críveis, levantadas pelo governo e outras, com baixo poder de influência de curto prazo, no Congresso.

Não há produção substitutiva imediata ao petróleo russo, 5% da oferta de exportação mundial e 2,7% dos derivados. Arábia Saudita e Emirados Árabes teriam capacidade ociosa de 3,1 milhões de barris diários e é remota a habilidade da produção de shale oil americana suprir o hiato da oferta.

O governo nunca soube exatamente o que fazer para amenizar a escalada do petróleo, de qualquer modo um problema muito complexo até para equipes com capacidade intelectual acima da mínima necessária. Subsidiar os combustíveis ganhou força no

comando político do governo, cuja preocupação é monotemática: a reeleição de Jair Bolsonaro. O problema é grave.

Em 2021, a gasolina subiu 47,5% e o gás de botijão, 37%. De janeiro até hoje, o petróleo aumentou 60% no exterior e a Petrobras, que não ajusta preços desde 12 de janeiro, tem algo ao redor de 30% para cobrar. O presidente, cuja ignorância sobre esse e outros assuntos é enorme, voltou a bater na tecla da mudança da política de preços da estatal. Uma das ideias é usar o pagamento de dividendos da empresa, de R\$ 37,3 bilhões, para bancar subsídio temporário, de três a seis meses. Esse dinheiro é do Tesouro, mas o governo finge que não é. Entre as piores opções está a do congelamento e a da recriação de um estado de calamidade, que abriria crédito ilimitado para apoio aos combustíveis e o espaço no teto de gastos para despesas que o governo julgar convenientes em ano eleitoral. Há opções técnicas razoáveis para aparar o novo choque do petróleo, mas é inútil esperá-las de Bolsonaro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Curso online p/ Concurso SEFAZ BA - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - Agente de Tributos Estaduais - Área de Atuação: Te | Gran Cursos Online
12x de R\$66,66

GRAN CURSOS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Ar condicionado de R\$317 vira sensação em Salvador

PRESENTALIA

LINK PATROCINADO

Ministros tentam preservar política da Petrobras

Principal preocupação do governo é com possível desabastecimento

Por Andrea Jubé, Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta — De Brasília

09/03/2022 05h03 · Atualizado há 5 horas

A reunião realizada ontem na Casa Civil para discutir soluções para a alta na cotação do petróleo foi inconclusiva. O governo está dividido, mas ministros e demais autoridades avançaram em alguns pontos, como o esforço para preservar a política de preços da Petrobras, alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro.

Duas autoridades que participaram da discussão relataram ao **Valor** que o governo vai apresentar um “pacote de propostas” para evitar o desabastecimento, o aumento do preço dos combustíveis e preservar a política praticada pela Petrobras. Não se descarta nem mesmo um decreto de calamidade pública, recurso utilizado na pandemia.

Uma dessas fontes ressaltou que a principal preocupação do governo hoje é com o “risco de desabastecimento” no país, e a solução do impasse demandará ações conjuntas do Executivo e do Congresso.

Ganhou corpo a proposta de adoção de uma política de subsídios temporária para barrar a alta dos preços na bomba, com duração de três a seis meses. O período contempla o possível prolongamento da guerra no Leste Europeu, ao mesmo tempo que daria fôlego ao presidente Bolsonaro na campanha, que começa oficialmente em agosto.

As autoridades envolvidas na discussão do tema estão divididas. Joaquim Silva e Luna, presidente da estatal, e o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) estão na linha de frente da defesa pela preservação da política de preços da Petrobras, enquanto engrossam o time dos que defendem os subsídios.

Esse formato remete à política concebida pelo governo Michel Temer, em 2018, em resposta à greve dos caminhoneiros, inconformados com a escalada do preço do diesel. Naquele ano, o Tesouro desembolsou R\$ 6,8 bilhões para ressarcir a Petrobras e os demais agentes por vender o diesel R\$ 0,30 mais barato em relação ao preço de referência. Silva e Luna acompanhou de perto essa crise, porque estava à frente do Ministério da Defesa na gestão Temer.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem resistido a qualquer ideia que afete o teto de gastos ou que exija a edição de créditos extraordinários ao Orçamento. A proposta de subsídio, ainda que temporário, vai contra essa linha demarcatória traçada por ele.

O gasto extra poderia ser feito sem prejudicar o arcabouço fiscal se for decretado novo estado de calamidade. Nessa hipótese, o teto de gastos é suspenso e créditos extraordinários podem ser editados sobre uma base jurídica sólida, para enfrentar a situação de guerra, como foi feito com a pandemia. A ideia não está fora do radar, disseram fontes do governo ao **Valor**.

Até então, a calamidade vinha sendo aventada nos bastidores para um cenário de desabastecimento, ou de uma eventual expansão do conflito entre Rússia e Ucrânia. A disparada na cotação do petróleo parece ter fortalecido essa opção. Segundo um interlocutor do ministro, trata-se de um cenário excepcional, fora da normalidade, em que a responsabilidade se sobrepõe às convicções.

Avalia-se que a decretação da calamidade não enfrentaria grande resistência. O risco de colapso no transporte de alimentos, nos serviços de transporte e os impactos disso sobre a inflação estão no centro das preocupações também dos políticos de oposição.

Participaram da reunião os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, Paulo Guedes e Bento Albuquerque. Também estavam presentes o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o presidente da Petrobras.

Silva Luna participaria por videoconferência, mas acabou se deslocando para Brasília. O presidente da Petrobras se dirigiu primeiro ao Ministério de Minas e Energia e depois chegou ao Palácio do Planalto para a reunião junto com o ministro Bento Albuquerque, que acabou de voltar das férias.

Depois da reunião, por volta das 18 horas, Ciro Nogueira deixou o gabinete e foi para o Palácio da Alvorada encontrar-se com Bolsonaro, que acompanha com apreensão o desdobramento da crise. Eventual desabastecimento e novo aumento dos combustíveis, especialmente do diesel, impactam diretamente a popularidade presidencial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Curso online p/ Concurso Química para Concursos - Professor: André Martini | Gran Cursos Online

12x de R\$9,90

GRAN CURSOS

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Ar condicionado de R\$317 vira sensação em Salvador

PRESENTALIA

LINK PATROCINADO

Atitude de Elvis Presley em seu último show indica que ele já sabia do seu fim

MATERNITY WEEK

LINK PATROCINADO

Sérum preenchedor de rugas com desconto em Salvador

DIATENA OFICIAL

Leia mais

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

Política para preços afetará investimento, afirma IBP

Até investimentos na área de petróleo já em andamento no país podem ser afetados, segundo setor

Por Gabriela Ruddy e Raphael Di Cunto — Do Rio e de Brasília

09/03/2022 05h03 · Atualizado há 5 horas

As sinalizações que o governo brasileiro der a respeito dos preços de combustíveis nos próximos dias vão definir as decisões de investimentos das empresas do setor de petróleo e gás no Brasil, afirmou o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Eberaldo de Almeida Neto. O executivo disse que eventuais intervenções nos preços podem levar a uma postergação dos investimentos no país, inclusive daqueles que já estão em andamento.

“Não existe limite para o intervencionismo. Falta de transparência afugenta o investidor. Isso impacta o fluxo externo estrangeiro direto, que é importante inclusive para apreciar a moeda”, disse em entrevista ao **Valor**.

Durante uma apresentação de deputados e senadores da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) na tarde de ontem, o executivo apontou que manter a gasolina e diesel ao longo de 2021 nos patamares de dezembro de 2020 teria custado R\$ 113 bilhões. Ele afirmou que há múltiplos fatores para os combustíveis estarem caros hoje, mas que os principais são a alta do barril do petróleo e o dólar valorizado em relação ao real.

A crise entre Rússia e Ucrânia nas últimas semanas levou a um forte aumento dos preços do petróleo no mercado internacional e gerou debates sobre preços de combustíveis no Brasil. Ontem, o barril tipo Brent, principal referência no mercado internacional, encerrou o dia a US\$ 127,98.

“É hora de o Brasil mostrar que respeita as leis de mercado. Quanto mais investimento externo o país receber, mais apreciada vai ser a moeda e mais poder de compra vai ter o cidadão. No passado já enfrentamos preços de petróleo a US\$ 125 o barril, mas o câmbio era quase metade do que é hoje. O poder de compra do brasileiro era maior por causa do câmbio”, disse.

Numa tabela apresentada aos parlamentares ontem, Almeida Neto mostrou que o petróleo já esteve cotado US\$ 101,21 em agosto de 2014, patamar quase idêntico ao de 24 de fevereiro de 2022, mas a diferença de câmbio nessas duas datas tornou o barril muito mais caro para os brasileiros hoje. Na data destacada em 2014, o Brent custava R\$ 295,74 aos brasileiros. Já em 2022, custava R\$ 518,34.

De acordo com Almeida Neto, a tendência é que os preços do barril continuem altos, com potencial para ficar acima dos US\$ 90 por pelo menos mais um ano. Na visão dele, a forma como o país lidar com a atual alta de preços vai afetar a atratividade do terceiro ciclo da oferta permanente de áreas de exploração e produção da Agência Nacional do Petróleo (ANP), agendada para abril, assim como a venda de refinarias da Petrobras.

Ele lembrou que estatal é praticamente a única empresa a atuar no refino no país e está com operação superior a 90% em suas fábricas, quando o patamar ideal seria em torno de 70%. “Há pouco investimento privado porque há medo de controle de preços, como já houve no passado”, afirmou.

Almeida Neto lembrou defasagens entre os preços de combustíveis no mercado interno e externo podem levar a desabastecimentos, pois inibe a atuação de importadores, que são responsáveis por suprir de 15% a 20% da demanda interna de diesel e gasolina.

O governo brasileiro avalia no momento a possibilidade de subsidiar os combustíveis usando os dividendos e royalties pagos pela Petrobras. Segundo Almeida Neto, uma iniciativa desse tipo não seria uma

intervenção no mercado, mas é complexa, por questões tributárias e logísticas. O IBP defende que subvenções sejam pontuais e focadas em consumidores de baixa renda. "O subsídio tinha que ser direcionado para aqueles que estão sofrendo mais. Seria mais efetivo, além de ter um custo muito menor", disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Curso online p/ Concurso Prefeitura de Mangaratiba/RJ - Professor I: Educação Física (Pós-Edital) | Gran Cursos Online

12x de R\$24,99

GRAN CURSOS

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Ar condicionado de R\$317 vira sensação em Salvador

PRESENTALIA

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Atitude de Elvis Presley em seu último show indica que ele já sabia do seu fim

MATERNITY WEEK

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Hora de guardar a fantasia e cair na realidade

VALOR INVESTE

Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e



Por Nilson Teixeira

É sócio-fundador da gestora Macro Capital. Foi economista-chefe do Credit Suisse e Chase Manhattan. Tem Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia

Renúncias tributárias sem critério

Seria mais apropriado se a redução da carga de impostos fosse alcançada no contexto de ampla reforma tributária

09/03/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os trabalhos legislativos retomam nesta semana com votações que podem elevar os gastos fiscais e aumentar as renúncias tributárias. Essas renúncias superam 4% do PIB há vários anos, com muitas delas sendo simples transferências de recursos da sociedade para grupos específicos, sem nenhuma contribuição para a alta da produtividade do país, a melhoria da distribuição de renda ou a elevação do bem-estar dos menos favorecidos. A aprovação no Congresso de novos privilégios é usual, ainda mais em períodos eleitorais. Esses novos benefícios tendem a ser ainda mais frequentes com um presidente com baixa popularidade que luta pelo 2º mandato.

A falta de planejamento e de foco na concessão desses privilégios gera distorções crescentes no sistema tributário. É injustificável a quantidade de vantagens da parcela mais rica da sociedade, incluindo o funcionalismo público. Dados de 2020 da Receita Federal confirmam, por exemplo, que os rendimentos médios mensais do funcionalismo público são muito superiores aos rendimentos de posições correlatas no setor privado - servidores do Poder Executivo têm rendimento médio de R\$ 15 mil ao mês, membros do Poder Judiciário e dos tribunais de contas de R\$ 54 mil; e procuradores/promotores, R\$ 57 mil. Em um contexto de taxa de desemprego superior a 10% e com uma parte substancial dos trabalhadores sem direitos trabalhistas ou previdenciários, é um desrespeito à sociedade conceder novos aumentos de salários e de benefícios aos servidores públicos.

Seria mais apropriado se a redução da carga de impostos fosse alcançada no contexto de ampla reforma tributária

As promessas do atual presidente de reajustes salariais para uma parcela do funcionalismo, mesmo que envolvam apenas alguns bilhões de reais, desconsideram prioridades mais urgentes. Não há espaço para manter o grande diferencial de rendimentos frente aos dos trabalhadores do setor privado sem aprovação de uma profunda reforma administrativa que incida sobre os atuais servidores e não apenas sobre os novos ingressantes no setor público.

O programa de cerca de R\$ 3,5 bilhões em 2022, referente ao pagamento de R\$ 52 por mês para 5,6 milhões de famílias, a título de subsídio do preço do gás de cozinha para famílias de baixa renda, representa, na realidade, um acréscimo do valor para parte dos beneficiários do Auxílio Brasil, pois, corretamente, não exige comprovação do uso dos recursos. Apesar de proteger os mais vulneráveis, o Auxílio Gás é um bom exemplo da pouca relevância atribuída pelos congressistas e o governo à elaboração de estudos para guiar as ações sociais.

Há uma série de propostas em discussão no Senado de redução de tributos sobre combustíveis e gás de cozinha. As medidas, totalizando R\$ 18 bilhões por ano no mínimo, diferem sobre a criação de um fundo de estabilização e a duração do benefício, bem como sobre quais os impostos a serem alterados - ICMS nos Estados e PIS/Cofins, IPI e Imposto de Importação na União.

As propostas são equivocadas por várias razões: não partem de nenhuma análise de prioridades sobre a utilização desses recursos, respondendo apenas ao anseio de alguns políticos, inclusive do presidente, de se capitalizarem eleitoralmente com uma redução artificial de preços; criam distorções no sistema de preços; desconsideram as restrições fiscais, inclusive as dos Estados; e não favorecerem apenas os mais vulneráveis.

A isenção do pagamento de tarifas de transporte urbano para idosos de 2022 a 2024, com custo estimado de R\$ 5 bilhões, é outra renúncia sem critério. A proposta foi aprovada pelo Senado e está em análise na

Câmara dos Deputados. Não faz sentido conceder subsídios baseados unicamente na idade - seria melhor, ao menos, limitar essa transferência aos idosos mais desfavorecidos. O mais adequado, porém, seria direcionar esse benefício para as crianças de famílias pobres durante o período letivo e promover a transferência no âmbito do Auxílio Brasil como contrapartida à presença e ao desempenho escolar.

A redução de impostos é uma outra forma utilizada pelos políticos para demonstrar preocupação com os mais pobres no período eleitoral. O corte de impostos é sempre bem-vindo, desde que não impacte a solvência fiscal e que traga mais vantagens do que o uso para investimentos sociais de valores correspondentes. A redução do IPI em 25% implementada pelo governo não é, portanto, necessariamente a melhor alternativa. Ademais, seria mais apropriado se a redução da carga de impostos fosse alcançada no contexto de uma ampla reforma tributária.

Mesmo assim, a crítica ao atual corte do IPI sob alegações de que a decisão eleva o risco fiscal é muito frágil. A arrecadação tem superado as expectativas, a ponto de ter garantido inesperado superávit primário em 2021. Nesse sentido, a decisão de corte horizontal do IPI é positiva ao reduzir pressões inflacionárias e ao tornar o código tributário mais justo com a diminuição da excessiva incidência de impostos sobre a indústria frente aos demais setores.

A reavaliação de todas as renúncias tributárias não seria fácil. A maioria dos beneficiados é organizada, o que dificultaria a retirada de subsídios e isenções de impostos, ainda mais em um ambiente de baixo crescimento. Os grupos de interesse defenderiam que a eliminação ou o corte de gastos tributários aumentam a carga de impostos e elevam a inflação, reduzindo o poder de compra da sociedade. Esse argumento fortalece a oposição ao corte das renúncias, mesmo que, em última análise, o fim da grande maioria dos privilégios seja vantajoso para os consumidores.

O ideal seria o presidente eleito se desvencilhar de ideias preconcebidas sobre as renúncias tributárias e exigir a comprovação efetiva dos seus resultados, em vez de se prender a discursos subjetivos que sempre superestimam os benefícios auferidos. A discussão de uma reforma tributária ampla eliminaria vantagens setoriais demasiadas e ineficientes, elevaria a produtividade do país, melhoraria a distribuição de renda e alavancaria o bem-estar social. Mesmo sendo fundamental para pavimentar um maior crescimento

com justiça social, a tarefa seria ingrata, exigindo muita vontade política do candidato eleito.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Curso online p/ Concurso SEFAZ BA - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - Agente de Tributos Estaduais - Área de Atuação: Te | Gran Cursos Online
12x de R\$66,66

GRAN CURSOS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Por que os cirurgiões de joelho estão tão entusiasmados com essa joelheira inovadora?

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Ar condicionado de R\$317 vira sensação em Salvador

PRESENTALIA

LINK PATROCINADO

Você tem \$ 1000 para investir? Aqui está uma história para você

EASY TRADING

Saiba mais

Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"

UM SÓ PLANETA

Sasha Meneghel planeja marca própria: 'Quero trazer mais métodos sustentáveis'

UM SÓ PLANETA

Beleza limpa: Jacqueline Sato lista produtos clean beauty para conhecer já

Desistência de Wagner pode desestabilizar palanque de Lula na Bahia

Único partido acomodado é o PSD

Por Marina Falcão, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — Do Recife e de Brasília

09/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Após a desistência da candidatura do senador Jaques Wagner ao governo da Bahia, o PT enfrenta dificuldades para acomodar interesses de seus aliados nas eleições deste ano. Sem um nome óbvio para substituir o ex-governador na disputa contra ACM Neto (União Brasil), líder nas pesquisas, o partido não encontra unidade interna, enfrenta desconforto com o PSB e vê ameaçada a aliança com o PP.

Com o senador Otto Alencar (PSD) se recusando a liderar a chapa ao governo da Bahia para tentar a reeleição, o governador Rui Costa precisou abrir mão da vaga ao Senado que almejava. Neste cenário, a cabeça da chapa fica com o próprio PT.

O novo desenho, que deixa o governador sem mandato, acomoda bem os interesses do PSD - que considera eleição para o Senado mais fácil. No entanto, frustra a vontade do PP de assumir o governo da Bahia com vice-governador João Leão por nove meses.

Não de agora, o PP vem sendo alvo de investidas de ACM Neto e PT estava fazendo esforços para manter o partido na aliança. Leão queixa-se agora de que o PP não foi avisado da mudança de planos e afirmou a aliados que recorrerá a Lula para resolver o impasse. Hoje, ele desembarca em Brasília para se reunir com o presidente da legenda, Ciro Nogueira, e mais quatro parlamentares, para definir uma posição.

Por ora, o discurso é aguardar essas conversas. "A gente está com muita prudência. Ninguém tomará decisão de forma açodada", disse o

deputado Mário Negromonte Jr (PP-BA). “Nada a declarar por enquanto”, disse o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), quando questionado sobre o risco de rompimento com o PT.

Maiores partidos na Bahia, o PT, PSD e PP foram o tripé de sustentação dos 15 anos de gestão petista no Estado, sendo oito com Wagner e sete com Costa. A união entre eles é vista como fundamental para a disputa eleitoral no Estado esse ano, onde o ex-prefeito ACM Neto aparece com ampla vantagem nas pesquisas de intenção de voto.

O governador Rui Costa não oficializou ainda a retirada de sua candidatura ao Senado. Em vídeo divulgado ontem, ele se restringiu a pedir “pacificação” no grupo. No dia anterior, em entrevista a uma rádio, Wagner disse que Alencar disputaria a reeleição ao Senado, pois não estava com tesão” do pleito para o governo do Estado, e que Costa permaneceria até o fim do mandato.

Wagner tem expectativa de ser um braço-direito de Lula em Brasília, em caso de vitória do ex-presidente. Ele mantém a posição de que não será candidato, mas isso ainda não foi digerido totalmente por petistas e aliados no Estado.

Os possíveis nomes para substituir Wagner são os dos secretários Jerônimo Rodrigues (Educação) e Luiz Carlos Caetano (Relações Institucionais) e o da prefeita do município de Lauro de Freitas, Moema Gramacho. Todos são vistos como muito aquém de Wagner em termos de densidade eleitoral. “Ainda estamos lutando pelo plano A [a candidatura de Wagner]”, disse o deputado Jorge Solla (PT).

Além dos próprios petistas, o PSB também tem interesse na candidatura de Wagner, pois a legenda tem a suplência do mandato do senador e ficaria com vaga por quatro anos. Na semana passada, o PSB demonstrou bastante desconforto com a desistência do petista ao divulgar nota dizendo que o método de construção da chapa estava sendo “desrespeitoso” e que via com “estranheza” o recuo.

A Bahia é o maior colégio eleitoral do PT no Nordeste. Com Wagner, o partido apostava que Lula teria capacidade de reverter a diferença em relação a Neto nas pesquisas.

Para tanto, seria estratégico vincular o nome do adversário ao do presidente Jair Bolsonaro, bastante impopular no Estado. Mas tudo indica que haverá uma candidatura puramente bolsonarista no Bahia, a do ministro João Roma (Cidadania), pelo Republicanos, um antigo aliado de Neto, de quem se afastou ao ir para o ministério..Sem terceira via competitiva, o ex-prefeito de Salvador não quer vinculação com nenhum candidato à Presidência na campanha, abrindo espaço para a voto casado “LulaNeto”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Curso online p/ Concurso SEFAZ BA - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - Agente de Tributos Estaduais - Área de Atuação: Te | Gran Cursos Online

12x de R\$66,66

GRAN CURSOS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Por que os cirurgiões de joelho estão tão entusiasmados com essa joelheira inovadora?

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Ar condicionado de R\$317 vira sensação em Salvador

PRESENTALIA

LINK PATROCINADO

Você tem \$ 1000 para investir? Aqui está uma história para você

EASY TRADING

Saiba mais
